



**Divulgação Midiática:  
Ações dos Delegados de Polícia Civil no combate à  
corrupção e as represálias decorrentes**

## Homem é detido com R\$ 500 mil em mala após sair de banco em Araguaína

Luís Olinto é irmão do deputado estadual Olyntho Neto (PSDB), candidato à reeleição. Ele foi ouvido na sede da PF e depois liberado para responder em liberdade.

Por **G1 Tocantins**

01/10/2018 19h09 · Atualizado há 4 meses



Dinheiro foi encontrado com homem em Araguaína — Foto: Divulgação/PF

Um homem foi detido pela na tarde desta segunda-feira (1º) com uma mala de dinheiro. Ele foi indentificado como Luís Olinto Rotoli Garcia de Oliveira, irmão do deputado estadual Olyntho Neto (PSDB). A PF informou que havia R\$ 500 mil em dinheiro dentro da mala.

Em nota, a assessoria do deputado disse que o irmão dele é advogado e exerce atividades independentes da campanha de Olyntho Neto. *(Veja abaixo a nota na íntegra)*

A prisão foi realizada pela Polícia Civil. O delegado Bruno Boaventura informou que uma equipe da cidade recebeu denúncia de extorsão e por isso foi ao banco. A equipe fez um acompanhamento tático do veículo por cerca de três quarteirões até que os policiais fizeram a abordagem.

Dentro estavam Luís Olinto e o sargento da Polícia Militar Edilson Ferreira. Quando os policiais civis perguntaram para que era o dinheiro, Luís Olinto disse que usaria na compra de gado, mas não soube informar quem seria o vendedor.

A Polícia Civil percebeu indícios de um crime eleitoral e por isso encaminhou o caso para a Polícia Federal. Eles foram ouvidos pelo delegado Tarcísio Júnior na sede da PF e depois liberados para responder em liberdade. O conteúdo do depoimento deles não foi divulgado.

O **G1** entrou em contato com a Polícia Militar e aguarda um posicionamento sobre o caso. A equipe de reportagem da TV Anhanguera tentou falar com Luís Olinto Rotoli na saída da PF, mas ele não quis gravar entrevista.

*Nota na íntegra: O deputado Estadual e candidato à reeleição Olyntho, está neste momento cumprindo intensa agenda de campanha no interior do Estado. O deputado esclarece que o Sr. Luiz, é empresário, advogado e que todas as atividades que exerce são independentes e têm origem lícita, e não possuem vínculo algum com a campanha eleitoral. Qualquer fato referente ao irmão do deputado será esclarecido pelo mesmo.*



Estado

SINDEPOL-TO

## Delegados relatam sucateamento da Polícia Civil no TO durante Assembleia Geral

Sindicato negou indicativo de greve da classe, mas salientou dificuldades enfrentada por profissionais

📅 25/10/2018 11:22:14 - Atualizada em 25/10/2018 11h24min | ✉ Da Redação - com informações da Assessoria de Comunicação

 Divulgação



Assembleia Geral aconteceu na sede do Sindepol, em Palmas, nesta quarta-feira

O Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Tocantins (Sindepol-TO) realizou uma Assembleia Geral extraordinária nesta quarta-feira, 24, em sua sede localizada na Capital, onde foram recebidos 120 delegados de todo o Estado. Na ocasião foram debatidas ações que promovam e valorizem a classe, além do sucateamento das delegacias, como a falta de infraestrutura.

De acordo com a entidade, dos 139 municípios do Tocantins e das 220 unidades operacionais, várias cidades não contam com delegado titular. No interior, delegados são responsáveis por até cinco municípios simultaneamente e convivem com a falta de agentes de polícia e escrivães. “Hoje com 182 delegados e déficit de mais de 62, a Polícia Civil no Estado passa por um processo de reestruturação”, salienta.

O Sindepol explica ainda que no Estado são 15 centrais de atendimento ininterrupto, atendendo 24 horas. O sindicato contabiliza que para cada uma dessas unidades seriam necessários quatro Delegados de Polícia se revezando em plantões de 24x72h.

“A lei prevê um quadro com 244 delegados de Polícia no Estado. Esse quadro não condiz com a realidade atual do Tocantins. O ideal seria, no mínimo, 280 delegados para ter apenas 01 profissional em cada unidade”, elucidou o sindicato ao destacar que, mesmo que o quadro de 244 estivesse completo, haveria a necessidade de acumulação de atividades.

Para a garantia de direitos, a entidade ressalta a necessidade de criação de um projeto de lei que disponha sobre a Lei Orgânica da Polícia Civil, que hoje funciona conforme resoluções publicadas.

#### **Governo do Estado**

O T1 Notícias buscou informações junto à Secretaria de Segurança Pública (SSP-TO) e aguarda retorno.



## Após investigações envolvendo políticos, governo exonera delegados regionais

Um dos afetados é o delegado Bruno Boaventura, de Araguaína. Ele estava à frente das investigações sobre um galpão encontrado com quase 200 toneladas de lixo hospitalar irregular.

Por G1 Tocantins

17/11/2018 09h32 · Atualizado há 2 meses



Delegado que investiga lixo deixado em galpão é informado de que será exonerado de cargo

Doze delegados regionais do Tocantins foram exonerados dos cargos de chefia. Um dos afetados foi o delegado regional de Araguaína, Bruno Boaventura. Ele comandou casos de grande repercussão e atualmente estava à frente das investigações sobre um **galpão encontrado com quase 200 toneladas de lixo hospitalar** irregular. O local foi ligado pela Polícia Civil ao **ex-juiz eleitoral João Olinto, que é pai do deputado estadual Olyntho Neto (PSDB)**. O parlamentar é líder do governo na Assembleia Legislativa do Tocantins. A decisão foi publicada no Diário Oficial na noite desta sexta-feira (16) e o delegado acredita estar sofrendo retaliação por parte do governo.

Segundo o delegado, a transferência tem motivações políticas. Em uma rede social, ele explicou o motivo da saída. "Minha exoneração será publicada hoje no DOE [Diário Oficial do Estado]. Acabo de ser informado. Retaliação em virtude de minha atuação."

Em outra rede social, o delegado comentou: "Hoje recebo a notícia de meus superiores que serei exonerado do cargo de Delegado-Regional de Araguaína, com muita hombridade e sentimento de dever cumprido, pois, se incomodamos esses malfeitores o trabalho foi realizado da melhor forma possível."

O governo informou que as exonerações estão dentro das medidas tomadas para reorganizar a administração pública e implantar um novo modelo de gestão. Disse que o objetivo é reduzir despesas e equilibrar as contas públicas.



Disse ainda que o desligamento dos delegados de polícia não altera os trabalhos de investigação "pois todos prosseguem exercendo integralmente suas atividades, sem qualquer interferência de cunho político que possa atrapalhar ou direcionar o resultado dos trabalhos". (Veja abaixo a nota na íntegra)

O **G1** entrou em contato com a assessoria do deputado Olyntho Neto e aguarda um posicionamento.

O Sindicato dos Delegados de Polícia do Tocantins (Sindepol) se posicionou sobre a exoneração de Boaventura e emitiu uma nota de repúdio. No texto, o sindicato cita as investigações do delegado e diz que o afastamento se trata de uma perseguição política. Diz ainda que "não admitirá tentativas de impedir o regular cumprimento do dever legal de seus filiados" e que "as investigações serão sempre pautadas pelo combate aos crimes, não importando quem sejam seus autores". (Veja abaixo a nota na íntegra).



Delegado Bruno foi exonerado do cargo de delegado regional — Foto: Reprodução/TV Anhanguera

Veja os delegados regionais que foram exonerados dos cargos:

- Bruno Boaventura - Delegacia Regional de Araguaína
- Abelice Abadia da Cunha Oliveira - Delegacia Regional de Alvorada
- Adriano Carrasco dos Santos - Delegacia Regional de Guaraí
- Afonso José Azevedo de Lyra Filho - Delegacia Regional de Dianópolis
- Clecyws Antônio de Castro Alves - Delegacia Regional Miracema
- Eduardo Morais Artiaga - Delegacia Regional de Araguatins
- José Antônio da Silva - Delegacia Regional de Arraias
- Lucélia Maria Marques Bento - Delegacia Regional de Gurupi
- Olodes Maria de Oliveira Freitas - Delegacia Regional de Colinas do Tocantins
- Tiago Daniel de Moraes - Delegacia Regional de Tocantinópolis
- Raimunda Bezerra de Souza - Delegacia Regional de Paraíso do Tocantins
- Wagner Rayelly Pereira Siqueira - Delegacia Regional de Porto Nacional

Outras 149 pessoas foram dispensadas de cargos de chefia exercidos na Secretaria de Segurança Pública do Tocantins.

## Entenda

A polêmica envolvendo o lixo começou quando um galpão foi encontrado com quase 200 toneladas de resíduos hospitalares armazenados de maneira irregular. No galpão deveriam funcionar **duas empresas cadastradas no nome do deputado estadual Olyntho Neto (PSDB)**, filho de João Olinto.

Além disso, um caminhão com lixo hospitalar foi encontrado dentro do terreno do hotel da família Olinto. O veículo estava no nome da empresa Agromaster S/A, também registrada no nome do deputado estadual.

O ex-juiz eleitoral, inclusive, **teve a prisão decretada e está sendo procurado pela Polícia Civil**. O delegado Bruno Boaventura afirmou que ele **seria o dono da empresa responsável pela coleta de lixo** dos hospitais e que teria despejado os resíduos no galpão.

"Ele tinha a função de coordenar os trabalhos da Sancil por interpostas pessoas. Ele não constava na relação de sócios da empresa, mas ele utilizou de duas funcionárias do escritório de advocacia para o fim de constituir essa empresa", relatou Boaventura.

Além disso, o delegado também deu declarações polêmicas após sargentos da Polícia Militar serem acusados de assassinatos em Gurupi, no sul do estado.

"Ele entendeu que neste momento ele poderia estar muito vulnerável na cidade. Isso mostra que a falta de controle da situação por parte da Polícia Militar, principalmente do comando, faz com que os colegas se sintam intimidados", disse o delegado naquela ocasião.

## Outro lado

*"O Governo do Estado do Tocantins informa que prossegue realizando medidas para redução de despesas visando o equilíbrio das contas públicas, o enquadramento do Estado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a ascensão para avaliação B, da Secretaria do Tesouro Nacional.*

*Para isso, foram implementadas medidas como a redução de gastos com diárias, combustível, energia elétrica e passagens, além de outras despesas desta natureza.*

*Desde o início da gestão, uma prioridade vem sendo a redução de gasto com pessoal, já tendo obtido, em pouco tempo, uma redução de mais de 3% somente no segundo quadrimestre do ano.*

*A partir dessa sexta-feira, 16, o Governo do Estado dá início a mais uma etapa do cumprimento destas medidas, visando a redução de gastos. E de acordo com às determinações da LRF, passa a publicar a diminuição do número de servidores ocupantes de cargos em comissão, funções comissionadas e contratos temporários, sem prejuízo às atividades desenvolvidas de atendimento à população.*



*Sobre a decisão administrativa de desligamento dos delegados de polícia de cargos em comissão, também de natureza administrativa, em nada altera a rotina dos mesmos em seus trabalhos de investigação, pois todos prosseguem exercendo integralmente suas atividades, sem qualquer interferência de cunho político que possa atrapalhar ou direcionar o resultado dos trabalhos. O Governo do Estado refuta qualquer tentativa de desvirtuamento do foco de suas medidas, que visam unicamente a redução de despesas e equilíbrio das contas públicas.*

*Reiteramos que todas essas medidas, incluindo a redução drástica de cargos comissionados, fazem parte do plano de governo da atual gestão e são necessárias para reorganização da administração pública, com o objetivo de implantar um novo modelo de gestão, mais enxuto. O Governo seguirá firme no propósito de reenquadramento em uma nova roupagem de economicidade e que, ao mesmo tempo, ofereça melhor eficiência ao cidadão que necessita dos serviços do Estado".*

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) ainda não se posicionou.

## **Nota de repúdio do Sindepol**

*"O presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Tocantins (Sindepol/TO), Mozart Felix, no desempenho de suas atribuições estatutárias, vem a público repudiar a exoneração do Delegado Bruno Boaventura do cargo de Delegado Regional de Araguaína (TO), informado na tarde de hoje que, por vontade do governo do Tocantins, não continuará a exercer suas funções.*



*Desde junho de 2017, Bruno Boaventura exerceu o cargo de Delegado Regional, tendo prestado um excelente serviço à população de Araguaína e demais cidades que compõe a regional. A chegada de Bruno Boaventura e de outros 12 delegados em meados de 2017, somando forças aos que lá já estavam, revolucionou a segurança pública da região.*

*A população de Araguaína reconhece o trabalho desenvolvido pelo regional, pois antes a cidade era considerada uma das mais violentas do Tocantins e com o trabalho intensivo da Polícia Civil esses índices diminuíram. O combate à violência teve avanços com a realização de inúmeras prisões de traficantes, homicidas, ladrões de banco, entre outros. Vale ressaltar também que a Polícia Civil passou a atuar de forma mais incisiva no combate à corrupção.*

*É de conhecimento público o fato de que o irmão do deputado Olyntho Neto (PSBD) foi detido transportando uma mala com R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) no dia 01 de outubro de 2018, em Araguaína. Para tanto, Luiz Olinto Rotoli Garcia de Oliveira (irmão do deputado) utilizava uma caminhonete da Assembleia Legislativa do Tocantins e era escoltado por Policiais Militares que prestam serviços àquela Casa de Leis. Da mesma forma, todos sabem que, no dia 12 de novembro de 2018, uma equipe chefiada pelo Delegado Bruno Boaventura cumpriu mandado de busca e apreensão em imóveis que pertencem ao advogado e ex-juiz eleitoral, João Olinto Garcia de Oliveira (pai do deputado Olyntho Neto). Há ainda um mandado de prisão preventiva expedido em desfavor desse advogado.*

*No dia 14 de novembro deste ano, a Polícia Civil, por meio de sua Delegacia Especializada no Combate aos Crimes contra a Administração Pública (DRACMA), instaurou inquérito policial em desfavor a esse mesmo deputado estadual e líder de governo para investigar a utilização do carro e de servidores da Assembleia Legislativa no episódio da apreensão da mala com R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).*

*Por fim, deixamos claro que a exoneração do Delegado Bruno Boaventura é algo que nos causa profundo espanto e preocupação com o futuro do Tocantins. Apesar de não estarem publicadas as razões do ato, sabemos que certamente não teriam ligação com os excelentes serviços prestados no cargo ou com o alto grau de satisfação da população de Araguaína com os resultados obtidos. Assim, só nos resta deduzir que se trata de um ato de perseguição política face às investigações que vem sendo desencadeadas e isso não iremos permitir.*

*O Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Tocantins não admitirá tentativas de impedir o regular cumprimento do dever legal de seus filiados. Não é a primeira vez que verificamos a ocorrência de perseguição política por parte do Governo do Estado. Em agosto de 2018 protocolamos representação contra o Secretário Chefe da Casa Civil, Rolf Costa Vidal, por ato de improbidade administrativa, em razão dele não ter publicado no Diário Oficial ato do Delegado Geral de Polícia Civil que designava o Delegado Bruno Azevedo para desempenhar suas funções a Delegacia Especializada no Combate aos Crimes contra a Administração Pública (DRACMA).*

*A publicação do ato privativo do Delegado Geral da Polícia Civil foi retardada em mais de 2 meses e só ocorreu após o recebimento da representação por improbidade administrativa pela 9ª Promotoria de Justiça de Palmas, o que foi amplamente divulgado pela imprensa. Hoje o fato é objeto de apuração em procedimento do Ministério Público do Tocantins.*

*Novamente nos parece claro o desvio de finalidade do ato administrativo, que deveria sempre ser motivado pelo interesse público e, na realidade, tem a clara intenção de perseguir politicamente um delegado de polícia. Assim, REPUDIAMOS com veemência a exoneração do delegado Bruno Boaventura e tomaremos todas as medidas cabíveis contra este ato arbitrário e ilegal.*

*A Polícia Civil é uma Polícia de Estado, não do governo. O compromisso dos Delegados de Polícia Civil do Tocantins é com o cumprimento das leis, com a manutenção do Estado Democrático de Direito e as investigações serão sempre pautadas pelo combate aos crimes, não importando quem sejam seus autores. Em todo o país a sociedade clama por uma mudança profunda de paradigmas, por um rigoroso combate à corrupção que historicamente prejudica nosso povo em seus direitos mais básicos. A população do Tocantins pode contar com o trabalho de seus Delegados de Polícia Civil no cumprimento desta missão".*



DESTAQUE / ESTADO / NOTÍCIAS DO DIA / POLÍCIA

# GOVERNO REDUZ DELEGACIAS REGIONAIS E NOMEIA NOVOS TITULARES: SINDICATO DIZ QUE PERSEGUIÇÃO E INGERÊNCIA POLÍTICA CONTINUAM

Jocyelma Santana / 6 de dezembro de 2018

O Diário Oficial do Estado traz na edição desta quarta-feira, 5, o novo organograma da Polícia Civil do Tocantins, com a extinção de cinco delegacias regionais, nas cidades de Alvorada, Pedro Afonso, Araguatins, Arraias e Miracema, agora fundidas com outras regionais. Até então, eram 15 delegacias regionais em todo o Estado.

#### PORTARIA SSP Nº 1267, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, designado pelo Ato de nº 1.640 - DSG, de 19 de novembro de 2018, do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, § 1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, e o art. 6º, inciso I, da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, e,

Considerando os Decretos 5.805 de 20 de abril de 2018 que estabelece medidas de redução e de controle das despesas de custeio e de pessoal do poder Executivo Estadual e adota outras providências;

#### RESOLVE:

I - Fica aprovado o organograma dos órgãos da Polícia Civil do Estado do Tocantins, no âmbito da Delegacia-Geral da Polícia Civil, na forma do Anexo Único a esta Portaria;

II - Revogam-se as disposições em contrário;

III - Publique-se.

Palmas/TO, 05 de dezembro de 2018.

HEBER LUIS FIDELIS FERNANDES  
Secretário de Estado da Segurança Pública- Interino

A Secretaria de Segurança Pública também nomeou os titulares para as regionais de Tocantinópolis(Tiago Daniel de Moraes), Guarai(Adriano Carrasco dos Santos), Araguaína(Vladimir Bezerra de Oliveira), Porto Nacional(Pedro Henrique Félix Bernardes), Dianópolis(Márcio Duarte Teixeira), Paraíso do Tocantins(Bruno Monteiro Baeza), Colinas do Tocantins(Olodes Maria Oliveira) e Gurupi(Alcindo Augusto Celestino).



Secretário de Cidadania e Justiça, Heber Fidelis acumula Segurança Pública. Foto: Governo do TO

Por meio de nota (confira na íntegra abaixo), o Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Tocantins (SINDEPOL/TO) repudiou as medidas e chamou de "mais um ato de perseguição e ingerência política do Governo do Estado do Tocantins contra a Polícia Civil".

As nomeações dos novos titulares ocorreram um dia depois de ser instaurado inquérito policial contra o Deputado Olyntho Neto (PSDB), cuja família é investigada no que já ganhou nome de "Escândalo do Lixo Hospitalar". O Sindepol pleiteava o retorno dos titulares das regionais exonerados em 16 de

novembro.

## Nota de Repúdio Sindepol

### Governo diz que exonerações são para "equilíbrio das contas públicas" e que investigações policiais serão mantidas sem alteração



No final da manhã deste sábado, 17, o Governo do Estado do Tocantins se manifestou, por meio de nota enviada à imprensa, sobre as exonerações de funções comissionadas de servidores públicos e outras medidas, publicadas na edição do Diário Oficial do Estado de ontem à noite. Sobre a exoneração dos ... Continue lendo



Orla Notícias





# Polícia Civil cumpre mandados no Palácio Araguaia para investigar funcionários fantasmas

Mandados de busca e apreensão estão sendo cumpridos na Secretaria Geral de Governo. Em dois casos investigados, prejuízos aos cofres públicos chegam a R\$ 310 mil.

Por **G1 Tocantins**

07/12/2018 10h55 · Atualizado há 2 meses



Polícia Civil cumpre mandados no Palácio Araguaia — Foto: Ana Paula Rehbein / TV Anhanguera

A Polícia Civil cumpre na manhã desta sexta-feira (7) mandados de busca e apreensão no Palácio Araguaia, em Palmas. **As investigações fazem parte da operação Catarse**, iniciada pela Delegacia de Investigação Criminal (Deic) de Araguaína para investigar casos de funcionários fantasmas no

governo do estado. Os mandados estão sendo cumpridos na Secretaria-Geral de Governo. No caso de duas servidoras investigadas, os prejuízos aos cofres públicos seriam de R\$ 310 mil.

O governo informou que vem identificando e levantando informações sobre servidores que se encontram em situação de ausência no trabalho. Disse ainda que a operação da Polícia Civil colabora para o levantamento e vai instaurar procedimentos administrativos contra os servidores investigados. *(Veja a nota completa no fim desta reportagem)*

Um dos casos investigados é da enfermeira Alcyany Chaves de Melo Feitosa. O delegado José Anchielta informou que ela é concursada como enfermeira e trabalhava no Hospital Regional de Araguaína.

A servidora foi cedida para a Secretaria de Articulação Política em junho de 2017. Porém, desde então estaria estudando medicina em uma universidade de Ciudad Del Este, no Paraguai, e recebendo normalmente.

"Fizemos contato com a Interpol para que documentos da universidade fossem requisitados. Comprovou-se que ela está matriculada na faculdade e fazendo o curso regularmente. Além disso, vive postando nas redes sociais fotos no outro país em dias que deveria estar trabalhando."

Segundo o delegado, a jovem recebia em média R\$ 4 mil por mês e o prejuízo aos cofres públicos neste caso foi de R\$ 60 mil.



Alcyany Chaves é suspeita de ser servidora fantasma — Foto: Divulgação/ Polícia Civil

Outro caso investigado pela Deic de Araguaína é da dona de um hotel de luxo em Araguaína. Kátia Borba Neves é concursada como farmacêutica, mas em 2016 foi cedida da Secretaria de Saúde para a Secretaria de governo. Desde então, vem recebendo sem exercera a função.

Nesta quinta-feira (7), **mandados de busca e apreensão foram cumpridos no hotel** e na casa da empresária. No caso dela, o prejuízo é estimado em R\$ 250 mil.

**O governo do Estado enviou a seguinte nota:**

*Desde que assumiu o executivo para um mandato tampão, a atual gestão instituiu um grupo de trabalho que está levantando toda a estrutura operacional e de servidores das diversas pastas do governo, visando uma diminuição da máquina pública.*

*Essa reestruturação já vem identificando e levantando informações sobre servidores que se encontram em situação de ausência no trabalho. Fruto da reestruturação, no caso da Secretaria de Governo, importante salientar que, ao assumir a gestão, a Secretaria contava com 1.020 servidores, atualmente 623 integram o quadro da Pasta.*

*O Governo ressalta que a operação da Polícia Civil colabora com o levantamento que vem sendo realizado pela gestão. Por ter a capacidade de investigação policial, o trabalho da Polícia acrescenta muitas informações ao que já vem sendo feito pelo Governo, no sentido de apontar esses servidores e tão logo termine o período de vedação da Lei Eleitoral serão instaurados os devidos procedimentos administrativos contra os servidores identificados.*

*O Governo do Tocantins reitera que colabora com as investigações e que qualquer servidor encontrado em desacordo com a lei responderá ao devido processo.*



Dona de hotel é alvo de operação da Polícia Civil — Foto: Reprodução/TV Anhanguera





POLÍCIA 19/12/2018 15h40 Redação

## Polícia Civil deflagra Operação Catarse e prende chefe de gabinete e assessores do deputado Valdemar Júnior

Em mais uma fase da Operação Catarse, a Polícia Civil do Tocantins, por meio da 1ª Delegacia de Polícia da Capital, em parceria com a Delegacia de Repressão a Crimes de Maior Potencial contra a Administração Pública (DRACMA) e Delegacia Especializada em Investigações Criminais (DEIC), prendeu na manhã desta quarta-feira, 19, três pessoas lotadas no gabinete do deputado estadual Valdemar Júnior, na Assembleia Legislativa, em Palmas. A suspeita é que os três estariam envolvidos num esquema de recebimento de parte de salários de servidores fantasmas e que, posteriormente, grande parte deste valor seria devolvida aos envolvidos.



Foto: Ascom SSP/TO

Delegado Cassiano Oyama

De acordo com o delegado Cassiano Oyama, titular da 1ª DP, além de uma denúncia anônima, um envelope sem identificação teria chegado à delegacia contendo informações referentes ao chefe de gabinete do parlamentar e outros dois servidores lotados naquele departamento. Os três foram presos preventivamente. “A questão embrionária iniciou sobre a existência de funcionários fantasmas, mas a denúncia anônima que nos chegou foi que as pessoas que, além de serem funcionários fantasmas, tinham que devolver parte do salário que já era indevidamente recebido”, afirmou.

Ainda de acordo com o delegado, para dar continuidade nas investigações, demais informações a respeito da operação seguem em segredo de Justiça. “Nenhuma investigação por enquanto aponta que houve devolução direta a parlamentar”, afirmou.



Segundo o delegado Gregory Almeida Alves do Monte, após a denúncia realizada na delegacia, foi instaurada uma força-tarefa na checagem das informações. Nesta quarta-feira, foram apreendidos telefones celulares dos investigados. Conforme o delegado, algumas testemunhas relataram que começaram a ser instruídas e ameaçadas ao fazerem parte do esquema de devolução de grande parte dos vencimentos. “A informação foi confirmada de que as pessoas presas hoje estariam atrapalhando as investigações, inclusive intimidando as testemunhas, por isso representamos pela prisão preventiva dos envolvidos. Eles ficariam com uma mínima parcela dos salários e o restante seria devolvido aos integrantes deste núcleo”, afirmou.



Fantástico >

## MP investiga repasse de salários de servidores para deputados estaduais no RS

6 min Exibição em 23 dez 2018

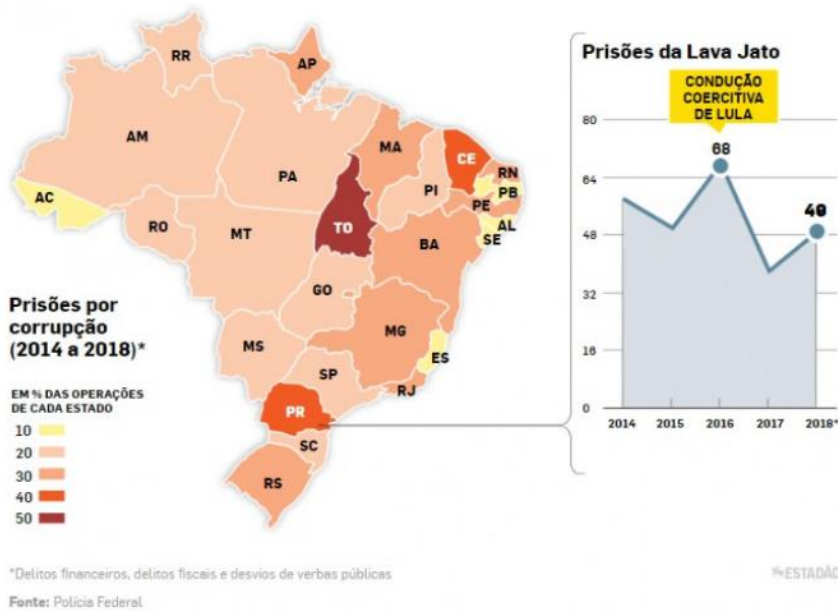
O Fantástico mostra a farra dos assessores de deputados estaduais e farra no pior sentido: do desvio de dinheiro público. Tem assessor fantasma, tem fraude em diárias de viagem e tem até funcionário fazendo empréstimo para dar dinheiro para deputado.

**COMBATE À CORRUPÇÃO**

# Tocantins é o 1º no ranking nacional de prisões por corrupção, aponta dados da PF

Operação Catarse, Eleições Limpas, Jogo Limpo e Espectro tiveram como foco o combate à corrupção.

Por Redação 3.096  
08/01/2019 09h50 - Atualizado há 2 semanas



De acordo com as estatísticas da PF o Tocantins aparece em destaque / Fonte: Polícia Federal

Entre os anos de 2014 e 2018, o Tocantins teve inúmeras operações com foco no combate à corrupção e, como consequência, aparece disparado no *ranking* de prisões por delitos financeiros, fiscais e desvios de verbas públicas.

Conforme os dados, mais de 50% das prisões realizadas pela Polícia Federal no Tocantins referem-se a casos de corrupção, o que deixa o Estado na primeira posição do **levantamento divulgado pelo jornal Estadão**.

As prisões nesses casos de organizações criminosas envolvidas com delitos financeiros ou desvio de verbas públicas aumentaram desde 2016 em 16 das 27 unidades da Federação.

Atualmente, o combate à corrupção é também uma área de forte atuação da Polícia Civil do Tocantins. Durante as eleições de 2018, o Projeto '*Eleições Limpas, Voto Consciente*', realizado pelo Sindicato dos Delegados de Polícia Civil (Sindepol), resultou em mais 111 denúncias, 25 ocorrências, quatro prisões em flagrante, 14 TCOs e sete apreensões de materiais de campanha.

Na eleição suplementar do Tocantins, o número de presos também foi expressivo. Das oito prisões, cinco envolveram políticos que ocupavam algum cargo, sendo três vice-prefeitos e dois vereadores.

Ainda em andamento e em sua 5ª fase, a "*Operação Catarse*" investiga funcionários fantasmas no Estado e já realizou várias prisões. Já as operações '*Jogo Limpo*' e '*Espectro*' investigam casos de corrupção na da Fundação de Lazer e Esportes de Palmas (Fundesportes) e na Assembleia Legislativa, respectivamente, ambos em parceria com a Polícia Federal.

#### **Eventos de Combate à Corrupção**

Em dezembro de 2018 foi realizado o Fórum Tocantinense de Combate à Corrupção (Focco), que faz parte de uma Rede de Controle Nacional. Para este primeiro semestre de 2019, o Sindepol organiza o I Congresso da Polícia Judiciária no Combate à Corrupção no Tocantins.



*"No nosso Estado a união entre a Polícia Civil e a Polícia Federal já vem acontecendo, tanto é que apresentamos esses resultados. E para 2019 o combate à corrupção continua sendo uma de nossas prioridades", afirma o presidente do Sindicato, Mozart Felix.*

### **Delegados no Estado**

Com 220 unidades operacionais da Polícia Civil, o Tocantins conta com cerca de 180 delegados na ativa, distribuídos nos 139 municípios. Atualmente o Sindepol/TO têm 182 delegados filiados entre aposentados e na ativa, e grande parte participou dos seminários de capacitação realizados no ano de 2018.



Mozart Félix destaca a parceria entre PC e PF no estado / Foto: Divulgação



Política

[Ver comentári](#)

POLÍCIA CIVIL EM PALMAS

4.861 visualizaçõ

## Polícia deflagra 5ª fase da operação Catarse; deputado Valdemar Jr é um dos alvos

Ação faz parte da quinta fase da Operação Catarse, que apura casos de servidores fantasmas na administração pública do Tocantins e crimes de danos ao erário

07/01/2019 08:23:24 - Atualizada em 07/01/2019 12h41min Da Redação

[TV Anhanguera/Bom Dia Tocantins](#)



Dois mandados de busca e apreensão são cumpridos na chácara do deputado estadual Valdemar Júnior (MDB), na região Sul de Palmas, e em um endereço na região Norte da cidade, pela Polícia Civil, na manhã desta segunda-feira, 7. A ação faz parte da quinta fase da Operação Catarse, que apura casos de servidores fantasmas na administração pública do Tocantins e crimes de danos ao erário.

As ações desta segunda são coordenadas pelo delegado de Polícia Civil Cassiano Oyama. Os mandados de busca e apreensão foram determinados pelo Tribunal de Justiça do Tocantins.



Conforme apurado pelo **T1**, os principais alvos desta fase da operação são o deputado Valdemar Júnior – [que já foi alvo de outra fase da investigação](#), quando três servidores de seu gabinete foram presos, em dezembro de 2018 – e uma mulher, que seria ligada ao parlamentar.

Por meio dos mandados, a polícia busca provas de suposta ligação entre o deputado e possíveis servidores fantasmas. Telefones celulares e documentos são apreendidos. Mais detalhes e imagens da operação serão repassados pela Secretaria de Segurança Pública em instantes. O **T1 Notícias** tenta, desde cedo, contato como deputado e reforça que deixa o espaço aberto para esclarecimentos.

## **Surgiu®**

### **Sindepol/TO denuncia junto ao Ministério Público graves problemas em delegacias de todo o estado**

24/01/2019 - 15:57 Por: ASCOM Sindepol/TO

O presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do estado do Tocantins (Sindepol/TO), Mozart Felix, protocolou na manhã desta quinta-feira, 24, junto ao Ministério do Público um ofício solicitando providências quanto à utilização dos veículos pela Polícia Civil, a reforma dos prédios, o pagamento dos aluguéis, o aumento no número de delegacias regionais, uma rede de internet com acesso em todo estado e que suporte o sistema da PC, o retorno dos serviços de manutenção e vigilância, que foram suspensos após a posse do Governador com as exonerações em massa, além disso, o pagamento de diárias e indenizações dos delegados, agentes, escrivães e papiloscopistas.

Segundo, Mozart, os Delegados, assim como toda a Polícia Civil têm apresentado à sociedade excelentes resultados e o Governo do estado não valoriza os esforços desses profissionais. “O Tocantins tem batido recordes nacionais de eficácia da ação policial em decorrência de prisões, apreensões e solução de crimes, no entanto, o Governo do Estado não faz a sua parte, com isso o trabalho investigativo vem sendo prejudicado sobremaneira por diversas e recorrentes ações e omissões por parte da administração pública”, afirma o presidente.





Delegacia em Pedro Afonso (Foto: Divulgação/Sindepol-TO)

### Falta de infraestrutura

Os aluguéis dos prédios das unidades da Polícia Civil em todo o estado estão com pagamentos atrasados há vários meses, o que já acarretou inclusive em ações de despejo por parte dos proprietários.

Além disso, a Polícia Civil do Tocantins passou a utilizar um sistema eletrônico de registro de procedimentos disponibilizado pela União, que visa modernizar o fluxo de informação e uniformizar métodos de atuação das polícias judiciárias, acarretando maior celeridade e eficiência. Seria algo a comemorar, se não fosse o fato do sistema ter sido implantado no estado sem as adequações de rede necessárias nas delegacias.



Delegacia em Araguaína (Foto: Divulgação/Sindepol-TO)

### **Redução no número de regionais e falta de pessoal**

O número de Delegacias Regionais de Polícia Civil (unidades administrativas) foi reduzido de 13 para 8, tornando inviável a administração e prejudicando o andamento dos trabalhos. O Tocantins possui dimensões continentais e, apenas para ilustrar, há hoje Delegacias Regionais no Tocantins que tem área de abrangência maior do que a de vários estados brasileiros. Utilizando como exemplo, a de Araguatins que já era responsável por vasta extensão territorial foi fundida com a Delegacia Regional de Tocantinópolis, o que inviabiliza um trabalho eficiente.



Delegacia em Araguaína (Foto: Divulgação/Sindepol-TO)

E para piorar a situação todos os servidores que atuavam na parte de manutenção, vigilância, atendimento ao público e limpeza das unidades policiais foram exonerados pelo Governo do Estado. As delegacias estão sem vigilantes, pessoal de limpeza, auxiliares administrativos, etc. Houve ordem para confecção de escalas de serviço de plantão para os agentes de polícia realizarem função de vigia dos prédios. Essa situação prejudica a sociedade em diferentes aspectos e paralisa as investigações em andamento.



Delegacia em Araguaína (Foto: Divulgação/Sindepol-TO)

### **Problemas com transporte**

A Polícia Civil não possui quantidade mínima de viaturas necessária para atender a sociedade. Não há viaturas em todas as unidades policiais, a maioria utilizadas são caracterizadas, o que impossibilita o trabalho de investigação. As viaturas descaracterizadas que vinham sendo utilizadas eram fruto de cessão cautelar do Poder Judiciário às Delegacias e tiveram que ser devolvidas ainda em 2018, o que acarretou na paralisação de várias investigações e a situação permanece inalterada.



Delegacia em Sítio Novo (Foto: Divulgação/Sindepol-TO)

E como medida de contenção de despesas, o Governo do estado determinou o bloqueio dos serviços de manutenção dos veículos, ou seja, as poucas viaturas em uso não estão passando por manutenção preventiva e não haverá possibilidade de conserto, caso venham a apresentar defeitos.



Delegacia em Araguaína (Foto: Divulgação/Sindepol-TO)

### **Diárias e indenizações atrasadas**

Os delegados e os policiais não têm recebido valores legalmente devidos em decorrência de suas atividades laborais, há atrasos de vários meses no pagamento de diárias e indenizações e não há notícia oficial por parte da administração sobre datas de pagamento.



Delegacia em Araguaína (Foto: Divulgação/Sindepol-TO)





Delegacia em Araguaína (Foto: Divulgação/Sindepol-TO)

## Delegado-geral transfere delegados que investigavam escândalo dos funcionários fantasmas

Rossílio de Souza Correia alegou que delegacias não envolvidas na investigação estavam desprovidas enquanto os delegados se dedicavam exclusivamente ao caso. Ele ordenou que a 1ª DP de Palmas fique com a apuração.

Por **G1 Tocantins**

28/01/2019 20h15 · Atualizado há 2 semanas



Delegado-geral do Tocantins decidiu revogar a força-tarefa — Foto: Reprodução/TV Anhanguera

O delegado-geral de Polícia Civil do Tocantins, Rossílio de Souza Correia, transferiu dois delegados para a 1ª Delegacia de Polícia de Palmas. Os profissionais estavam trabalhando na investigação de **um suposto esquema de funcionários fantasmas na Secretaria-Geral de Governo e na Assembleia**

**Legislativa.** Ele alega que DPs não envolvidas na operação estavam 'desprovidas' enquanto os delegados se dedicavam exclusivamente ao caso.

A primeira ordem para que os delegados Wanderson Chaves de Queiroz e Gregory Almeida Alves do Monte voltassem aos antigos postos é do dia 16 de janeiro. Os dois pediram que Rossílio Correia reconsiderasse, mas receberam resposta negativa no dia 25 deste mês. Eles agora recorreram à Justiça para derrubar a ordem do delegado-geral.

No memorando, a orientação é para que a investigação fique nas mãos dos delegados Jeter Aires Rodrigues e Cassiano Oyama, que comandam a 1ª DP de Palmas.

O presidente do sindicato que representa os delegados, Mozart Félix, disse que está acompanhando a situação. "Nos causa preocupação, já que ocorreu justamente no momento em que o doutor Cassiano entrou de férias e viajou. Nós vamos ver o desenrolar no poder judiciário e aguardar", disse ele.

"Os colegas que tiveram a ordem de missão revogada dizem que o trabalho é bastante complexo, um volume de informação muito grande ainda por ser analisada", explicou Félix.

No documento, Correia criticou o pedido de Chaves e Almeida. "Será que os crimes apurados pelos requerentes têm procedência ou preferência legal na investigação com relação a crimes contra a vida ou crimes sexuais, por exemplo?" pergunta em que trecho.

"Qual o motivo para a aparente paixão e/ou seletividade pelas citadas investigações?", questiona em outro.

Em entrevista ao **G1**, o delegado Rossílio Correia disse que avaliou que a delegacia não precisava de quatro delegados para cuidar de apenas dois inquéritos. Ele alega que os dois foram deslocados para a 1ª DP para ajudar a diminuir a quantidade de inquéritos e não para uma investigação específica.

Correia disse ainda que outras delegacias não poderiam ficar prejudicadas pela ausência dos profissionais. "A delegacia-geral continua a fornecer todo apoio logístico incondicional a repressão a todos os tipos de crime", informou ele.

A Secretaria de Segurança Pública disse que "as investigações referentes a crimes contra a administração pública que tramitam perante à 1ª Delegacia de Polícia Civil de Palmas continuam sob presidência dos delegados naturais, ou seja, daqueles com competência legal para presidir os inquéritos".

A SSP informou ainda que a ordem revogada "foi expedida para que delegados lotados em outras unidades prestassem auxílio temporário junto à 1ª DPC de Palmas. O auxílio foi prestado por 42 dias, sendo, então, determinado que os policiais retornassem os seus locais de trabalho". A pasta disse ainda que irá fornecer todo o suporte necessário às investigações.



O **G1** procurou o Ministério Público Estadual para pedir um posicionamento sobre o caso e aguarda resposta.

## A investigação

A Operação Catarse é uma força-tarefa de várias delegacias do estado para investigar danos ao erário público. As investigações começaram após denúncias de funcionários fantasmas do governo do Estado em Araguaína, norte do Tocantins.

Depois, mandados foram cumpridos na Secretaria-geral de Governo, no Palácio Araguaia, onde os agentes encontraram indícios de que 300 funcionários estariam recebendo sem trabalhar.

O caso chegou na Assembleia Legislativa em dezembro. **Três funcionários do deputado foram presos suspeitos de participar de um esquema.** O deputado e a ex-mulher dele são apontados como beneficiados no esquema.

 **POLÍTICA**

## Justiça determina que delegados afastados da Catarse retornem à força-tarefa

Caso o delegado-geral Rossílio Correia não cumpra a determinação, está sujeito a uma pena de multa diária e pessoal de R\$ 10 mil até o limite de 50 dias multa

07/02/2019 - 20:34



(Foto: Divulgação)

A Justiça determinou que o delegado-geral da Polícia Civil, Rossílio de Souza Correia, reintegre em até 24 horas os delegados Gregory Almeida e Wanderson Chaves de Queiroz à força-tarefa de investigação da Operação Catarse, que apura servidores fantasmas em diversos órgãos públicos com a possível participação de políticos. A decisão é do juiz Edmar de Paula, da 2ª Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, e caso o delegado-geral não cumpra a determinação, está sujeito a uma pena de multa diária e pessoal de R\$ 10 mil até o limite de 50 dias multa.

Correia retirou os dois delegados da força-tarefa para investigar a Catarse no dia 16 de janeiro através do memorando 019/2019, alegando que a ordem de missão era em caráter provisório e também que a operação já teria mais de 30 dias e o inquérito policial ainda não havia sido concluída. No documento o delegado citou um aparente conflito nas atribuições dos delegados e suas responsabilidades.

Conforme a decisão do magistrado, a justificativa do delegado-geral é “descabida”, não podendo ser considerado um “motivo justificador para retirar os profissionais à frente das investigações”.

O ato do delegado geral “causa um verdadeiro desmantelamento da força tarefa que está a frente dos trabalhos, com evidente prejuízo ao interesse público, considerando a natureza dos atos investigados”, complementa o juiz na decisão. Ele ressalta ainda que não houve nenhum questionamento ou penalidades relacionando com eventual demora ou qual falha técnica dos delegados.

Questionado sobre a decisão, o governo informou que o delegado-geral foi notificado e irá tomar providências legais cabíveis.

### **Operação**

A Operação Catarse visa investigar a existência de servidores fantasmas nos órgãos e prejuízos aos cofres públicos. Na primeira fase, começaram a ser investigados pelo menos 300 servidores do Governo. Além disso, a operação já teve mandados cumpridos na Câmara de Porto Nacional e no gabinete do deputado Valdemar Júnior.

## Desembargador do TJ revoga decisão de juiz e mantém afastamento de delegados da Operação Catarse

Eurípedes Lamounier suspende uma liminar concedida pelo juiz Edmar de Paula, determinando que o delegado-geral Rossílio de Souza Correia reintegre os delegados Gregory Almeida e Wanderson Chaves de Queiroz às investigações da operação em 24 horas

08/02/2019 - 21:14



(Foto: Elias Oliveira)



Mais uma decisão judicial divulgada nesta sexta-feira, 8, redefine o destino dos delegados que foram afastados da força-tarefa da Operação Catarse. Desta vez, o desembargador do Tribunal de Justiça (TJ-TO) Eurípedes Lamounier suspende uma liminar concedida pelo juiz Edmar de Paula, determinando que o delegado-geral Rossílio de Souza Correia reintegre os delegados Gregory Almeida e Wanderson Chaves de Queiroz às investigações da operação em 24 horas. O desembargador também libera o Estado da multa fixada no caso de descumprimento, que era de R\$ 10 mil diário até o limite de 50 dias multa.

Lamounier entende que o afastamento de Almeida e Queiroz não trará prejuízos à Catarse, ao contrário do considerado pelo juiz Edmar de Paula, já que ela continuará em curso. Também destaca na decisão que a revogação a Ordem de Missão por parte do delegado-geral “nada mais fez do que os devolver às suas lotações de origem, onde, certamente, atuarão em centenas de inquéritos em curso”. Ele ressalta que manter os delegados contra vontade da autoridade superior pode causar evidente prejuízo ao andamento e resultado dos inquéritos e das investigações.

Correia retirou os dois delegados da força-tarefa para investigar a Catarse no dia 16 de janeiro através do memorando 019/2019, alegando que a ordem de missão era em caráter provisório e também que a operação já teria mais de 30 dias e o inquérito policial ainda não havia sido concluído. O delegado-geral citou também um aparente conflito nas atribuições dos delegados e suas responsabilidades.

Correia retirou os dois delegados da força-tarefa para investigar a Catarse no dia 16 de janeiro através do memorando 019/2019, alegando que a ordem de missão era em caráter provisório e também que a operação já teria mais de 30 dias e o inquérito policial ainda não havia sido concluído. O delegado-geral citou também um aparente conflito nas atribuições dos delegados e suas responsabilidades.

A decisão do juiz Edmar de Paula desta quinta destacou que a justificativa de Correia é “descabida”, não podendo ser considerado um “motivo justificador para retirar os profissionais à frente das investigações”, entre outros argumentos.

### **Operação**

A Operação Catarse visa investigar a existência de servidores fantasmas nos órgãos e prejuízos aos cofres públicos. Na primeira fase, começaram a ser investigados pelo menos 300 servidores do Governo. Além disso, a operação já teve mandados cumpridos na Câmara de Porto Nacional e no gabinete do deputado Valdemar Júnior.

## Em depoimento, suspeitas de serem funcionárias fantasmas dizem ter trabalhado na campanha de Mauro Carlesse

As duas afirmaram que apesar de estarem lotadas na Secretaria-Geral de Governo ficavam à disposição da deputada Valderez Castelo Branco. Elas teriam trabalhado nas campanhas da parlamentar e do governador no ano passado.

Por TV Anhanguera

14/03/2019 18h54 · Atualizado há 2 semanas



Ex-servidoras disseram ter trabalhado na campanha de Mauro Carlesse enquanto eram funcionárias fantasmas — Foto: Reprodução/TV Anhanguera

Duas mulheres que seriam funcionárias fantasmas na extinta Secretaria-Geral de Governo afirmaram em depoimentos à Polícia Civil que trabalharam nas campanhas do governador Mauro Carlesse (PHS) e da deputada estadual Valderez Castelo Branco (PP) enquanto recebiam salários do Estado. As declarações foram dadas nesta quinta-feira (14).

**As duas foram interrogadas pelo delegado José Anchieta dentro da Operação Catarse.** Elas não foram presas e vão responder em liberdade.

As duas mulheres foram nomeadas em março de 2018, ainda durante o mandato de Marcelo Miranda (MDB). Elas foram mantidas nos cargos mesmo sem trabalhar até dezembro. As suspeitas disseram que neste período o único serviço que prestaram foi de cabos eleitorais da deputada e do governador.



A deputada Valderez Castelo Branco também foi citada pelas suspeitas — Foto: Divulgação

O governo do Tocantins não comentou as declarações das ex-servidoras, mas disse que "não há funcionários fantasmas na atual administração". Ressaltou ainda que os mandados não foram cumpridos em órgão público do Estado.

No começo da noite, o governador Mauro Carlesse (PHS) participou do lançamento de uma exposição na capital e disse não conhecer o teor das acusações. "Eu não sei ainda. Eu não vi ainda, não posso te informar. A gente vai procurar saber e depois passar as informações para vocês, porque eu não tenho esse conhecimento". Sobre as suspeitas de funcionários fantasmas ele disse que "se tiver alguma relação a gente vai esclarecer".

A deputada estadual Valderéz Castelo Branco disse que não foi informada oficialmente sobre o assunto. Ela afirmou que, assim que tomar conhecimento dos fatos, se colocará à disposição para esclarecer às dúvidas.

Uma delas afirmou ter conseguido o emprego através do marido, que e disse que o trabalho dela era ir para rua pedir votos. Disse ter sido orientada a pedir votos para a deputada e para governador, disse que também distribuiu santinhos.

A outra afirmou que recebia R\$ 1,2 mil por mês e que trabalhou tanto na campanha da eleição suplementar de junho, quanto na eleição geral de outubro.



## Suspeita de ser servidora fantasma diz que fez campanha para Carlesse nas duas eleições; veja trecho dos depoimentos

Depoimentos foram colhidos durante fase da operação Catarse em Araguaína, norte do Tocantins. Mulheres teriam recebido do Estado sem trabalhar em repartições públicas por nove meses.

Por G1 Tocantins

15/03/2019 09h42 · Atualizado há 2 semanas



Mulheres falam de participação em esquema de contrato de servidores fantasmas

A TV Anhanguera teve acesso a trecho dos **depoimentos de duas mulheres suspeitas de serem servidoras fantasmas** da extinta Secretaria-geral de Governo do Tocantins. Elas declararam à Polícia Civil que foram contratadas em março de 2018 e nunca desempenharam

funções no Estado. O único serviço desenvolvido teria sido de cabos eleitorais nas duas campanhas do governador Mauro Carlesse (PHS) - na eleição suplementar e eleição de outubro - e da deputada estadual Valdevez Castelo Branco (PP).

As contratações teriam sido feitas por meio da deputada Valdevez e as mulheres foram mantidas nos cargos mesmo sem trabalhar até dezembro de 2018. Elas não foram presas e vão responder em liberdade.

**Delegado:** [...] A senhora ficava à disposição da Valdevez, é isso?

**Investigada 1:** Isso. Que eu fui lá e pedi, né, para ela me arrumar um emprego que eu estava desempregada. Aí ela me deu.

**Delegado:** E qual era a sua atividade? Qual era o seu trabalho? Ou a senhora estava apenas recebendo e só fazia algo quando a Valdevez pedia?

**Investigada 1:** É, na política dela que a gente trabalhou né.

Entre as atividades que as mulheres teriam desenvolvido estão à distribuição de material de campanha nas ruas e em redes sociais, além de pedirem votos. Uma delas afirmou que trabalhou tanto na campanha da eleição suplementar, de junho, quanto na eleição geral de outubro.

**Delegado:** durante a campanha você trabalho apenas pra ela ou você também trabalhou fazendo campanha para o governador Mauro Carlesse?

**Investigada 2:** Para ela e pra ele.

Os depoimentos foram colhidos durante uma nova fase da operação **Catarse realizada nesta quinta-feira (14) em Araguaína**, norte do Tocantins. A investigação apura a existência de funcionários fantasmas no governo do Tocantins.

Em dezembro de 2018, durante o cumprimento de mandados de busca no Palácio Araguaia foram encontrados indícios de que mais de **300 pessoas estariam recebendo sem trabalhar** na extinta Secretaria-Geral de Governo.



Mauro Carlesse, governador do Tocantins — Foto: Aldemar Ribeiro/Governo do Tocantins

## Outro lado

O governo do Tocantins não comentou as declarações das ex-servidoras, mas disse que "não há funcionários fantasmas na atual administração". Ressaltou ainda que os mandados não foram cumpridos em órgão público do Estado.

O governador Mauro Carlesse (PHS) também disse desconhecer os fatos. "Eu não sei ainda. Eu não vi ainda, não posso te informar. A gente vai procurar saber e depois passar as informações para vocês, porque eu não tenho esse conhecimento".

A deputada estadual Valderez Castelo Branco disse que não foi informada oficialmente sobre o assunto. Ela afirmou que, assim que tomar conhecimento dos fatos, se colocará à disposição para esclarecer às dúvidas.

## Outras fases

A Operação Catarse é uma força-tarefa de várias delegacias do estado **para investigar danos ao erário público**. As investigações começaram após denúncias de funcionários **fantasmas do governo do Estado em Araguaína**, norte do Tocantins, em dezembro de 2018.

Depois, mandados foram cumpridos na Secretaria-geral de Governo, no Palácio Araguaia, onde os agentes encontraram indícios de que **300 funcionários estariam recebendo sem trabalhar**. Essa fase da operação **inclusive foi alvo de críticas do próprio secretário de segurança pública**.

Outro desdobramento ocorreu na Câmara de Vereadores de Porto Nacional, **quando foram cumpridos mandados contra fraudes em licitações**. Essa fase foi chamada de Negócios de Família. A **suspeita é de que o grupo teria desviado R\$ 700 mil**.

Gabinetes de deputados também já foram alvo da operação Catarse. **Três funcionários da Assembleia Legislativa** chegaram a ser presos preventivamente. Neste caso, **a suspeita é de que assessores parlamentares tinham** que devolver a maior parte do salário para pessoas ligadas aos parlamentares.



# Procurador decide incluir depoimentos de funcionárias fantasmas no pedido para cassar governador

MP eleitoral tinha apresentado pedido em janeiro por suspeita de que Mauro Carlesse cometeu crime eleitoral. Ex-servidoras confirmaram que trabalharam na campanha enquanto estavam lotadas na Secretaria-Geral de Governo.

Por TV Anhanguera

15/03/2019 19h32 · Atualizado há 2 semanas



Depoimentos de funcionárias fantasmas serão incluídos no pedido de cassação do governador

O procurador eleitoral Álvaro Manzano informou nesta sexta-feira (15) que vai incluir os depoimentos de duas mulheres que **confessaram ter sido funcionárias fantasmas do Governo do Tocantins em 2018** no pedido de cassação de Mauro Carlesse (PHS). O processo está na Justiça Eleitoral desde janeiro e **acusa o governador de ter cometido crimes eleitorais na Eleição Suplementar do ano passado.**

"A contratação de pessoas pelo governo durante o período eleitoral já é objeto de uma ação que foi movida pelo Ministério Público Eleitoral pedindo a cassação do governador e do vice. Estas pessoas [que prestaram os depoimentos], a gente vai poder eventualmente trazer a este processo mais estes dados que, como eu disse, confirmam aquele fatos que foram narrados na ação.", disse o procurador.



Pedido do MP Eleitoral é para cassar o mandato de Mauro Carlesse — Foto: Reprodução/TV Anhanguera

Os depoimentos em questão foram durante o interrogatório conduzido pelo delegado José Anchieta em Araguaína nesta quinta-feira (14). **As suspeitas confirmaram que foram contratadas em março de 2018 e nunca desempenharam funções no Estado.** O único serviço desenvolvido teria sido de cabos eleitorais nas duas campanhas do governador Mauro Carlesse (PHS) - na eleição suplementar e eleição de outubro - e da deputada estadual Valderez Castelo Branco (PP).

Outras quatro pessoas foram ouvidas dentro da mesma operação nesta sexta-feira, mas nenhuma delas ficou presa. Esta é mais uma fase da operação Catarse, que **apura supostos funcionários fantasmas nos poderes Executivo e Legislativo do Tocantins.**



Procurador decidiu incluir os depoimentos no processo que já está em andamento — Foto: Reprodução/TV Anhanguera

## Outro lado

O Governo do Estado afirmou que não teve acesso ao inquérito da Polícia Civil e que não foi alvo da operação. Disse ainda que não irá comentar os desdobramentos sem ter acesso aos autos.

O governador Mauro Carlesse (PHS) foi questionado sobre o assunto durante uma exposição em Palmas na noite de quinta-feira (14) e também disse desconhecer os fatos. "Eu não sei ainda. Eu não vi ainda, não posso te informar. A gente vai procurar saber e depois passar as informações para vocês, porque eu não tenho esse conhecimento".

A deputada estadual Valderéz Castelo Branco disse que não foi informada oficialmente sobre o assunto. Ela afirmou que, assim que tomar conhecimento dos fatos, se colocará à disposição para esclarecer às dúvidas.



 VIDA URBANA

## Policiais civis e delegados realizam ato público em frente à AL contra medidas do Governo

Participantes pedem que deputados rejeitem projeto de lei do Governo que altera Estatuto dos Servidores da Polícia Civil e apresentaria, segundo Sindepol, uma série de inconstitucionalidades

26/03/2019 - 12:01



Ato público coordenado pelo Sindepol-TO tem o intuito de sensibilizar os deputados contra o projeto de lei que altera o Estatuto da Polícia Civil (Foto: Lia Mara)



Policiais civis, delegados, políticos e sociedade civil se reuniram na manhã desta terça-feira, 26, em frente à Assembleia Legislativa do Tocantins (AL-TO), na Capital, para um ato público contra o manual que regulamenta o trabalho dos delegados de Polícia do Estado, conhecido como “decreto da mordaca”, e o projeto de lei enviado para a AL pedindo alterações no Estatuto de Servidores da Polícia Civil. O protesto é coordenado pelo Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Tocantins (Sindepol) e contou com cerca de 100 participantes, segundo a organização.

“Nós sabemos que a Assembleia é a casa do povo, a Casa de Leis, gostaríamos do apoio dos deputados para que rejeitem o Projeto de Lei 02/2019 encaminhado que altera o Estatuto dos servidores da Polícia Civil”, explicou o presidente do Sindepol, Mozart Félix.

De acordo com Félix, as alterações pedidas pelo Governo apresentam “uma série de inconstitucionalidades, vários dispositivos que violam a liberdade de expressão, a livre manifestação do pensar e que criam meios de perseguição muito subjetivos”, afirmou.

O Governo do Estado encaminhou o PL à Casa de Leis na segunda-feira passada, 18, após o decreto publicado no Diário Oficial do Estado, em 11 de março, que normatiza o trabalho dos delegados, com artigos que restringem os delegados de criticarem o Governo e também de ter autorização prévia do delegado-geral antes de deflagrar uma operação em órgão público, mesmo com ordem judicial, dentre outros pontos.

Após movimento de insatisfação dos policiais civis em relação aos decretos publicados e o apoio de instituições como a Ordem dos Advogados no Brasil – seccional Tocantins que sugeriu mudanças, a Secretaria Estadual de Segurança Pública então fez alterações no documento, no entanto, para o Sindepol, serviu apenas para “maquiar a situação” e ainda haveria inconstitucionalidades no documento.

Para o delegado Guilherme Rocha, responsável pela Delegacia de Repressão a Crimes de Maior Potencial contra a Administração Pública (Dracma), “causa estranheza o empenho em fazer alterações no nosso ordenamento jurídico funcional em um momento de intenso combate a corrupção no Estado, com mudanças que visam reforçar mais a Corregedoria e punições mais severas, como está no projeto de Lei, em vez de aperfeiçoar o trabalho do policial civil”.

Um dos pontos questionados pela Polícia Civil, que poderá ter no novo Estatuto, refere-se aos procedimentos disciplinares de sindicância contra policiais em estágio probatório terem prioridade de tramitação na Corregedoria. Conforme pontuou Rocha, as operações grandes contra corrupção em órgãos públicos são coordenadas por delegados do interior que ainda estão em estágio probatório. “Isso é uma forma de intimidar que os novos delegados continuem combatendo a corrupção com medo de retaliação”, ressalta.

A presidente da Associação de Mulheres Policiais do Tocantins (AMP-TO), Giovanna Cavalcanti Nazareno, esteve no ato e afirmou que “as medidas tomadas pelo Governo são inconstitucionais e contra os princípios do serviço público, nós temos uma lei para nos calar, nos intimidar, é um retrocesso isso”, disse.

Também participou do ato em apoio aos delegados de Polícia o ex-secretário estadual de Segurança Pública, Cesar Simoni. “Os policiais trabalham o dia inteiro combatendo o crime e a corrupção, eles demonstraram na minha gestão o comprometimento com o ofício deles, tivemos muitos avanços na segurança estadual, e não dá para entender essa tentativa de desmonte da Polícia que é extremamente importante para que a população tenha garantia de segurança. Vejo que estão retirando toda a estrutura da Polícia e isso não é forma de tratar essa instituição”, completou o ex-gestor.

Além do ato para pedir a negativa dos parlamentares quanto as alterações pedidas pelo Governo, o Sindepol chegou a encaminhar uma nota técnica para os gabinetes de todos os deputados pontuando questionamentos quanto ao Projeto de Lei nº 02/2019.

O PL tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da AL, presidida pelo deputado Ricardo Ayres (PSB) e relatoria da líder do Governo, deputada Valderéz Castelo Branco (PP).

### **Governo**

Em nota, o governo do Estado, por meio da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins, afirmou que respeita a liberdade de expressão e o direito à manifestação de representantes sindicais.

Além disso, a pasta ressaltou que as propostas de alteração do Estatuto e do Manual da Polícia Civil “buscam a consolidação da Polícia Civil do Tocantins como instituição de Estado, com regras claras, que estabeleçam a forma de atuação de servidores, durante o exercício de suas funções, dentro dos limites do interesse público, fortalecendo o órgão de segurança e resguardando os direitos dos investigados, contra os quais ainda não se tem a formação de culpa”, diz, trecho da nota.

Sobre o questionamento dos policiais quanto a cláusula que dá prioridade de tramitação às sindicâncias contra delegados em estágio probatório, o governo explicou que “os corregedores deverão fiscalizar o cumprimento das normas de conduta impostas aos servidores, terão eles poderes antes atribuídos ao titular da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o que possibilitará um procedimento eminentemente técnico, pautado em parâmetros objetivos, afastando a possibilidade de intervenções de cunho político ou interesses pessoais”, pontuou.



Participantes se reuniram durante toda a manhã em frente a Casa de Leis (Foto: Lia Mara)




Organização estima que 100 pessoas participaram do ato (Foto: Lia Mara)





Governador Carlesse quando deixava a AL, após reunião com deputados (Foto: Divulgação)

## Carlesse e deputados definem aprovar todas as matérias sobre a PC; MP vai reduzir congelamento para 24 meses

Por  Cleber Toledo última atualização 27 mar, 2019 às 1:47

Após cerca de três horas de conversa pela manhã, governador [Mauro Carlesse](#) (PHS) e os deputados estaduais decidiram que vão aprovar em reunião conjunta das comissões da Assembleia na tarde desta quarta-feira, 27, todas as matérias relacionadas à Polícia Civil, inclusive o polêmico Manual de Procedimentos da Polícia Judiciária, da forma como foi enviado pelo Executivo. "O clima não é bom no governo e na Assembleia em relação à Polícia Civil", afirmou um parlamentar que participou da reunião, mas que preferiu não se identificar.



Conforme essa fonte, o deputado estadual Amélio Cayres (SD) se emocionou ao falar do irmão que foi preso por engano e solto em seguida numa operação que tinha servidores do Naturatins como alvo semana passada.

O secretário estadual de Segurança Pública, Cristiano Sampaio, vai à AL agora à tarde apontar as alterações possíveis nas matérias da PC, mas apenas questões menores. Os itens mais polêmicos não sofrerão mudanças.

Sobre a Medida Provisória número 2, que trata do congelamento por 30 meses das progressões, o governador aceitou reduzir esse período para 24 meses. Deputados defendiam 18 meses.



Essa MP só deve ser votada em reunião conjunta das comissões nesta quinta-feira, 28, após audiência pública prevista para as 10 horas, com a presença de sindicatos e secretários de Estado. A audiência foi convocada pelos presidentes das comissões de Finanças, Nilton Franco (MDB), e de Defesa do Consumidor, Elenil da Penha (MDB).

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos Procuradores não será arquivada agora, mas ficará na "geladeira", sem prazo para voltar à pauta.

Até esta quinta-feira, todas essas matérias serão votadas em reunião conjunta das comissões e ficarão prontas para o plenário, que ainda deverá aprovar nesse mutirão o orçamento de 2019.

#### **Mensagem dura**

Na reunião mesmo, o governador ficou apenas na última hora, mas a conversa começou duas horas antes entre os deputados. Ao chegar, Carlesse falou sobre a situação do Estado e das medidas de enxugamento e de reenquadramento que tem adotado.

Mas, conforme outro parlamentar segredou ao CT, a mensagem dele foi dura: "Quem está comigo apoia e vota. Quem não está, não vota. Tem que ter ônus e bônus", avisou.

O recado, conforme o deputado, foi muito bem entendido e a pauta estará limpa até esta quinta-feira.

Manchetes

## Com 19 votos a favor, deputados aprovam promoções da PM e retiram inamovibilidade de delegados numa PEC só; deputada reage: “grande golpe”

Da Redação - 27/03/2019



Maju Cotrim

Conforme a **Gazeta do Cerrado** adiantou, os deputados aprovaram a PEC que trata da promoção dos policiais militares com uma emenda coletiva de 20 deputados que altera e trata da inamovibilidade de integrantes da Polícia Judiciária do Tocantins. O artigo foi aprovado nas comissões e no plenário os deputados Luana Ribeiro e Júnior Geo questionaram o que de fato se tratava.

Com a aprovação, os delegados poderão ser removidos de acordo com a necessidade. Essa alteração veio no momento em que alguns deputados são investigados pela própria Polícia Civil. Houve muito protesto por parte de integrantes da categoria.



Nome	Partido	Voto
AMÁLIA SANTANA	PT	S
AMÉLIO CAYRES	SD	S
ANTÔNIO ANDRADE	PHS	S
CLAUDIA LELIS	PV	S
CLEITON CARDOSO	PTC	S
EDUARDO DO DERTINS	PPS	S
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	DEM	S
ELENIL DA PENHA	MDB	S
FABION GOMES	PR	S
ISSAM SAADO	PV	S
IVORY DE LIRA	PPL	S
JAIR FARIAS	MDB	S
JORGE FREDERICO	MDB	S
LÉO BARBOSA	SD	S
LUANA RIBEIRO	PSDB	A
HILTON FRANCO	MDB	S
OLYNTHO NETO	PSDB	S
PROFESSOR JÚNIOR GEO	PROS	N
RICARDO AYRES	PSB	S
VALDEMAR JÚNIOR	MDB	S
VALDEREZ CASTELO BRANCO	PP	S
VANDA MONTEIRO	PSL	S
VILMAR DE OLIVEIRA	SD	S
ZÉ ROBERTO LULA	PT	S

**PEC - PROPOSTA DE EMENDA CONS**  
**DEP. OLYNTHO I**  
**Nom**

**00:00**

**Sim 18**  
**Não 1**  
**Abstenção 1**  
**Total Votos 20**

A PEC volta a prever na constituição na data de 21 de abril e aproveitou para alterar a possibilidade de remoção dos delegados.

O placar ficou assim: foram 21 votantes. A deputada Amália Santana votou a favor abertamente. Foram 18 votos sim, um voto contra e uma abstenção. No segundo placar foram 22 votos.



Delegados fazem enterro simbólico da Polícia Civil em frente à AL, após votação das matérias (Foto: Sindepol/Divulgação)

## BOM DIA – A condução da Polícia Civil pelo cabresto atenta contra a cidadania

Por Cleber Toledo — última atualização 28 mar, 2019 às 10:36

A relação que já ia de ruim a pior, tornou-se tenebrosa com o mutirão dessa quarta-feira, 27, em que, após reunião com o governador Mauro Carlesse (PHS), deputados não só aprovaram todas as matérias questionadas pelos delegados da Polícia Civil, entre elas o polêmico Manual de Procedimentos, como também surpreenderam e retiraram da categoria a inamovibilidade prevista pela Constituição do Estado. Uma emenda assinada por nada menos do que 19 dos 24 parlamentares, num verdadeiro "tratoração" sobre esses profissionais da Segurança Pública.



Essa mudança constitucional talvez tenha sido o maior golpe contra a categoria, uma vez que agora os delegados ficam sujeitos a transferência para as calendas gregas caso deixem algum coronel local ou regional insatisfeito por qualquer motivo. Como fazer operações policiais que firam interesses de autoridades sob essa total insegurança funcional?

Pior é que a retirada desse benefício conta com a chancela do Ministério Público Federal, numa Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) em que deixa mais evidente o ego ferido de Suas Excelências procuradores, promotores e juizes, por verem os colegas policiais tratados como iguais, do que um legítimo interesse em garantir condições efetivas para os delegados combaterem o crime.

Se há erros em operações, como foi o caso da prisão por engano do irmão do deputado estadual Amélio Cayres (SD), não se pode jogar a água com a criança dentro, como diziam os antigos. A coluna é crítica dessas operações pirotécnicas, sempre se colocou contra a condução coercitiva circense proibida num ato de bom senso do STF e vê o vazamento para imprensa de informações de uma mera coleta de provas como um verdadeiro estupro à presunção da inocência.

Mesmo o acompanhamento da imprensa, que chega aos locais alvos com câmeras em punho antes da Polícia, esta coluna encara como "liberdade para ter audiência", não se trata

“

O Brasil precisa extirpar esse câncer, que não pode continuar em seu processo metastático, sugando bilhões de reais que deveriam ir para a saúde, segurança, educação e infraestrutura, num país, em pleno século 21, ainda imerso em profundas e históricas desigualdades sociais a serem superadas



de liberdade de imprensa. Nessas operações apenas se faz coleta de possíveis provas de supostos crimes. Isto é, numa operação não existe nada de concreto. Mas a imprensa está lá dando nomes, julgando e condenando, em códigos aparentemente neutros, mas que, por si só, trazem uma condenação que é eterna. Porque, ainda que a Justiça absolva o suspeito anos depois, ele será um corrupto por toda a vida. Isso é de uma violência absurda contra os direitos e garantias individuais, que devem sempre se sobrepor à "liberdade para ter audiência".



**CLEBER TOLEDO**  
É jornalista e editor do CT

Até aí, tudo bem. No entanto, por isso ou por qualquer outro motivo, não se deve impedir a investigação, seja pela antecipação de que a operação vai ocorrer, como passa a exigir o Manual de Procedimentos, ou por colocar o delegado em risco de ser transferido por ousar apurar possíveis crimes cometidos por autoridades.

A corrupção é um problema crônico e se tornou cultural na política brasileira. Por isso, precisa ser combatida com todo o rigor, com apoio da alta cúpula do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Afinal, se não há o que temer por que fragilizar as condições de investigação?

O Brasil precisa extirpar esse câncer, que não pode continuar em seu processo metastático, sugando bilhões de reais que deveriam ir para a saúde, segurança, educação e infraestrutura, num país, em pleno século 21, ainda imerso em profundas e históricas desigualdades sociais a serem superadas. Também precisamos impedir que a política seja apenas um excelente negócio, em que se gasta duas ou três vezes mais para se eleger — ou comprar um mandato — do que a remuneração de quatro anos porque o retorno com as possibilidades de esquemas será até cem vezes maior.

Dessa forma, a condução da Polícia Civil pelo cabresto atenta contra a cidadania e vai contra todo o esforço do povo brasileiro para vencer a corrupção e moralizar a política.

As mudanças legais que ensejam o enfraquecimento da Polícia Civil representam a derrota de todo o povo tocantinense.

CT, Palmas, 28 de março de 2019.



10 ANOS ESCREVENDO A HISTÓRIA

1.026 visualizações

## Dez anos depois, um Tocantins de altos e baixos segue sem enfrentar seus desafios

Neste final de mês, completam-se dez anos que foi ao ar pela primeira vez o Site Roberta Tum, em 2009, nove meses após a criação do Blog da Tum. Uma década de muita história, mas poucos avanços no TO

29/03/2019 08:51:19 - Atualizada em 29/03/2019 11h13min | Roberta Tum

[Arquivo do Portal](#)



Em 2012, lançamento da plataforma atual do T1 Notícias

Dois fatos ocorridos entre a semana passada e esta ilustram o cenário vívido neste março de 2019 no Tocantins que tantos sonharam, muitos ajudaram a erguer e onde milhares sobrevivem com toda sorte de dificuldades a serem vencidas. Especialmente naquilo que depende do serviço público e nas obrigações do Estado com seus cidadãos.

Na sexta-feira passada, 22, a convite do presidente do Sistema Fieto, o empresário Roberto Pires, estive no Cetec - Centro de Treinamento utilizado pelo Senai para uma rápida prestação de contas de como estão operando Sesi/Senai e um passeio pelas diversas salas onde um público variado consome cursos técnicos. Alí, encontramos desde turmas se familiarizando com o uso do computador - uma espécie de alfabetização digital - até um complexo laboratório de criação de jogos para computador. Em 3D. Eletrônica, robótica e um amplo galpão para aulas de mecânica de automóveis. Tudo muito moderno. Um Tocantins que dá gosto de ver.

Ocorre que o Sistema Fieto caminha à frente do nosso tempo. Ao mesmo tempo que atende a demanda da indústria ainda incipiente do nosso Estado e procura antecipar as necessidades do mercado, se renovando sempre, é uma ilha de excelência e tecnologia no mar que ainda representa a economia primária e incipiente. Ainda somos o Tocantins do boi, da soja e do comércio onde o maior empregador ainda é o Estado e as prefeituras.

Explico. Há dez anos, num 29 de março aqui mesmo, em Taquaruçu de onde escrevo, onde nasceu o Site Roberta Tum – e para onde nós voltamos com a sede nesta década de maturidade – comecei a construir uma alternativa de leitura sobre política e assuntos de Estado, num momento de mais otimismo que hoje. Mas de lá para cá, a cantilena da necessidade de industrialização só se repetiu, com poucos avanços práticos.

Nessa década, de 2009 a 2019, vivemos duas cassações de um mesmo governador (Marcelo Miranda) e a renúncia de outro (Siqueira Campos). Falou-se muito em empréstimos milionários para investimento em infra-estrutura nos municípios, busca de investidores chineses, japoneses. Viagens para o outro lado do mundo. Pouco mudou no Tocantins de sempre.

E aí o segundo fato da semana que me chamou a atenção, ajuda a compreender melhor este cenário. Os Oficiais de Justiça, cargo que começou com concursos para nível médio, brigando com o Tribunal de Justiça para manter a existência do cargo na estrutura do judiciário como está. São salários que chegam a R\$ 30 mil reais. Mal comparando, com todo risco que correm na linha de tiro todos os dias, policiais militares e civis ganham bem menos.

O retrato das diferenças salariais entre os poderes, revela o abismo que se tornou o Tocantins quando comparamos categorias similares nas diversas instâncias de poder. Com o poder de voto do servidor público, não há coragem suficiente na classe política para enfrentar isto. Como chegou a propor ano passado o deputado Ricardo Ayres, seria preciso resetar o computador e começar de novo. Garantir os direitos de quem já os adquiriu e construir um amplo Plano de Cargos e Salários para os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

A perspectiva de que os 25% concedidos numa barbearagem lá atrás, governo Marcelo Miranda, aos servidores do Quadro Geral, sejam pagos inviabilizará a folha de pagamento, que vem batendo no teto da LRF há tempos.

Ah, mas o problema do Tocantins são os servidores e seus salários? Não. Existem muitas disparidades aí a serem corrigidas, mas não é justo nem correto afirmar que o comprometimento dos serviços públicos do Estado se deve ao servidor.

Os dez anos passados revelam tentativas de cooptar o voto de categorias diversas com benefícios impagáveis a médio prazo. Basta lembrar das mais de 40 leis aprovadas no governo tampão de Carlos Gaguim. Assistimos a ação do Ministério Público e operações que nos revelaram muitos processos por superfaturamento e improbidade. Obras que nunca foram concluídas sendo pagas. Pontes superfaturadas. Ex-governador preso, ex-secretários presos, irmão de governador detido. Um mar de acusações, suspeitas e desvio de dinheiro público.

Não dá para dizer que a máquina administrativa do Estado e seus operadores nos últimos anos não tenha sido corrupta. Sem falar nos prejuízos impostos pela política temerária de investimentos em fundos podres no Igeprev. E quanto nos custou tanta corrupção?

Ao longo dos últimos dez anos, as páginas do T1 Notícias foram retrato de todos estes movimentos da sociedade e classe política.

Neste março assistimos o governo do Estado patinar nas mesmas dificuldades que outros já esbarraram antes. As demissões em massa do começo do governo Siqueira em 2011, se repetem no começo do governo Carlesse com o mesmo objetivo: enxugamento da máquina e enquadramento na LRF.

Os corredores do HGP mostram pessoas dormindo no chão. E não só acompanhantes. Assistimos o sucateamento do atendimento público estadual de Saúde com forte impacto no que funcionava bem em Palmas: as UPAs.

Por fim, esta semana, a Segurança Pública sofrendo um golpe político com a alteração do estatuto da polícia civil, que permite o remanejamento de delegados, em plena condução de investigações que desagradem. A matéria passou fácil na Assembléia Legislativa, uma vez que os deputados se tornaram alvos de operações contra o uso de servidores fantasmas nos últimos meses. Apenas um voto contra: o do deputado Júnior Geo, que mais uma vez se destaca.

Não é um bom momento. Não existe otimismo. Se as intenções são boas, não há sucesso nenhum em comunicá-las.

Falta uma narrativa - ainda que fantasiosa, como foram outras - de onde estamos e para onde estamos indo.

O Tocantins cuja história ajudamos a escrever nos últimos 10 anos está precisando enfrentar seus grandes desafios. Os mesmos de sempre. Enxugar os gastos com a máquina pública: só se faz com diálogo e transparência. Fechar a torneira da corrupção: só se faz com polícia investigativa e transparência. Avançar rumo à industrialização, ainda que focada na produção primária, como fez e faz Luiz Eduardo Magalhães nos últimos dez anos.

São tempos duros, de resistência. Mas não há que desanimar. É preciso mais do que nunca coragem. De todos os personagens desta história.



 VIDA URBANA



Redação  
Jornal do  
Tocantins

contato@jtocantins.com.br



## Sindepol diz que punição e suspensão de delegados é indevida e injusta

Sindicato disse que acompanha a situação e prestará auxílio aos policiais

15/06/2019 - 10:06



(Foto: Sindepol/Divulgação)

Após a punição imposta pela Corregedoria da Polícia Civil a dois delegados, o Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Tocantins (Sindepol) manifestou, por meio de nota, preocupação com a situação e disse que a medida é injusta.

Para o sindicato, a suspensão é indevida, “uma vez que o judiciário não vislumbrou crimes nos fatos alegados e investigados em procedimento manejado pela própria Corregedoria”, diz em nota. Devido a isso, o ato da Corregedoria que puniu os Delegados vai contra a decisão do Poder Judiciário que acatou um parecer do Ministério Público opinando pelo arquivamento do caso.

O Sindepol informou que acompanha a situação e prestará auxílio, por meio de sua assessoria jurídica, aos Delegados Wanderson Chaves de Queiroz e Gregory Almeida Alves do Monte.

### Caso

Segundo nota da Secretaria de Segurança Pública (SSP), o procedimento instaurado apura a conduta dos delegados, que, em dezembro de 2018, teriam formalizado ameaça de prisão ao delegado-geral da Polícia Civil, Rossílio de Souza Correia. O ato da Corregedoria foi publicado Diário Oficial do Estado da última segunda-feira, 13, mas com data retroativa.

Confira mais detalhes no caso na nota ["Punição da SSP a delegados saiu um dia após juiz arquivar denúncias do delegado-geral contra eles"](#) da *Antena Ligada*.

POLÍCIA 29/05/2019 12h18 Redação

## Delegados de Polícia do Tocantins terão índices de produtividade divulgados; medida causa preocupação ao Sindepol

A Portaria da Secretaria de Estado da Segurança Pública que instituiu o Relatório de Atividades Funcionais (RAF) dos delegados de polícia do Tocantins foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) na última segunda-feira, 27 e causou preocupação ao Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Tocantins (Sindepol/TO).

Segundo o documento, inquéritos policiais, que representam o principal instrumento de investigação e quase a totalidade da atividade-fim policial, assim como outros procedimentos concluídos pelos delegados, serão publicados trimestralmente na imprensa oficial e irão orientar as ações da Polícia Civil do Estado.

Segundo o sindicato, o RAF discriminará os inquéritos policiais e os procedimentos concluídos pelos delegados de Polícia Civil e deixa "evidentemente clara a opressão ao combate à corrupção no Estado do Tocantins, desvalorizando o trabalho desempenhado pelos delegados frente às investigações complexas e desestimulando principalmente os profissionais que atuam no interior", afirma o Sindepol em nota.

Ainda segundo o sindicato, é preocupante que se estabeleça um Relatório de Atividades Funcionais levando em consideração somente números, sem avaliar a complexidade dos procedimentos.

A Portaria SSP nº. 564 ainda traz como fundamento da criação do RAF para o órgão de segurança, programas semelhantes mantidos pelo Poder Judiciário e Ministério Público, assim como destaca a necessidade de prestação dos serviços públicos pela Polícia Civil do Tocantins com presteza, perfeição e rendimento funcional.

O secretário da Segurança Pública, Cristiano Barbosa Sampaio, ressaltou que o relatório consiste em um dos elementos levados em consideração para a tomada de decisões no órgão policial. "O RAF é um dado que compõe o conjunto de ações e estudos programados em nosso Plano de Modernização da Polícia Civil do Estado. Será utilizado como critério para a tomada de decisões, mas não de forma exclusiva e, sim, dentro de um contexto em que outros elementos serão também verificados", frisou.



Foto: Cláudia Borges

Delegados de Polícia do Tocantins terão índices de produtividade divulgados à comunidade

O Plano de Modernização da Polícia Civil citado pelo gestor teria ainda outros enfoques e ações fundados na impessoalidade, como o levantamento de dados estatísticos, diagnósticos, planejamento de ações e resultados estratégicos. Nesse contexto, estaria, por exemplo, a criação de normas técnicas e objetivas para a seleção de servidores para cooperação federativa coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, como o programa da Força Nacional. Os critérios para cadastro de servidores foram publicados em 13 de maio, em instrução normativa da SSP, que pontua habilidades profissionais, meritórias e intelectuais e leva em consideração ainda o comportamento do servidor público.

No mesmo sentido, seria na fala do gestor, a normatização do pagamento de indenizações a delegados de polícia. “Não apenas a contraprestação por um serviço cumulativo prestado pela autoridade policial, mas a garantia de meritocracia na valorização do profissional, a partir do estabelecimento de valores progressivos para pagamento baseados na taxa populacional das unidades policiais atendidas e no número efetivo de registros de ocorrência”, destacou Cristiano Sampaio sobre a Lei 3.463/2019, que trata das indenizações por acúmulo de funções administrativas por delegados de polícia no Tocantins, e Portaria n. 563/2019, que a regulamenta.

Confira abaixo a nota do Sindepol sobre o Relatório de Atividades Funcionais (RAF), na íntegra.

*O Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Tocantins (Sindepol/TO) vem por meio de nota manifestar preocupação acerca da Portaria nº 573 da Secretaria da Segurança Pública (SSP), publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins na última segunda-feira, 27.*

*Instaurado pela Portaria, o Relatório de Atividades Funcionais (RAF), voltado à produtividade dos Delegados de Polícia, estabelece um ranking baseado exclusivamente na quantidade de procedimentos concluídos, sem levar em consideração a complexidade dos mesmos.*

*O RAF, conforme determina o secretário, discriminará os inquéritos policiais e os procedimentos concluídos pelos Delegados de Polícia Civil. A justificativa para a tomada desta ação, como traz o texto da Portaria é: “O RAF orientará as ações da Polícia Civil do Estado do Tocantins”.*

*Com isso, esta medida deixa evidentemente clara a opressão ao combate à corrupção no Estado do Tocantins, desvalorizando o trabalho desempenhado pelos Delegados frente às investigações complexas e desestimulando principalmente os profissionais que atuam no interior.*

*Portanto, é preocupante que se estabeleça um Relatório de Atividades Funcionais levando em consideração somente números, sem avaliar a complexidade dos procedimentos. Deixamos ainda em evidência que a instauração do RAF não é uma forma de modernizar a Polícia Civil, visto que a situação do nosso trabalho ainda é desfavorável, com viaturas precárias, ambientes insalubres, Delegacias sendo despejadas, dentre outras questões que devem ser priorizadas.*

**Mozart Felix**

**Presidente do Sindepol/TO**



## Projeto polêmico que extingue delegacia de combate a corrupção e cria conselho é discutido na AL

Nova lei já foi aprovada pelos deputados estaduais, mas assunto voltou a ser discutido após policiais questionarem a medida. Debate ocorreu no mesmo dia em que presidente da AL foi indiciado.

Por TV Anhanguera

17/06/2019 21h08 - Atualizado há 2 meses



Projeto que extingue delegacia de combate à corrupção é discutido na AL

O projeto de lei apresentado pelo Governo do Tocantins para alterar a estrutura das delegacias especializadas no estado voltou a ser discutido nesta segunda-feira (17) na Assembleia Legislativa. O tema foi votado e aprovado em sessão extraordinária pelos deputados na semana passada, mas voltou a ser debatido após ser questionado por parte da Polícia Civil.



Entre as medidas, está a extinção da Delegacia de Repressão a Crimes de Maior Potencial contra a Administração Pública (Dracma), que investiga casos de corrupção. Pelo texto, ela seria substituída por uma 'Diretoria de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado'. O comando desta diretoria seria indicado diretamente pelo governador Mauro Carlesse (PHS) e não precisaria ser um delegado de carreira a ocupar o cargo.

"A nossa preocupação é: quem será o diretor? Será vinculado à pasta? Será um delegado de polícia? Ela vai ter continuidade? Ela vai ser melhor aparelhada?" disse o vice-presidente do sindicato que representa os policiais, Ibanez Ayres.

O Secretário de Segurança Pública, Cristiano Sampaio, não participou da discussão. Também não esteve presente o presidente da AL, Antônio Andrade (PHS). **Ele foi indiciado por suspeita de ter funcionários fantasmas no próprio gabinete nesta segunda-feira (17)**. Na semana passada ele e o filho já tinham sido interrogados dentro da Operação Catarse, da Polícia Civil.

A SSP disse que a medida é para reduzir os índices de criminalidade e modernizar a gestão. "A gente tem um programa de modernização no âmbito do plano estadual de Segurança Pública que é refletido para todas as instituições. Então eventuais ajustes. E aí sempre pela premissa de uma gestão por evidências do uso de insumos científicos e técnicos. As gestões estão habilitadas para fazer e qualificar as suas alterações", afirma Mariana Rodrigues.



Projeto foi discutido na Assembleia Legislativa — Foto: Reprodução/TV Anhanguera

O novo plano de segurança pública deve ser apresentado no próximo dia 25 de junho. As propostas terão duração de 10 anos.

Representantes de outras forças de segurança também participaram do evento. A SSP disse que o secretário Cristiano Sampaio participou apenas da abertura e que não estava prevista a participação dele no debate. O presidente da AL, Antônio Andrade, não foi localizado para comentar a ausência.

## Delegados que investigam políticos tiram zero em relatório de produtividade e SSP diz que fará correção dos números

Delegado responsável pelas operações Jogo Limpo, Espectro e Catarse ficou com zero em todos os quesitos. Governo afirma que relatório atende diretrizes de uma gestão baseada em evidência, mas SSP informou que houve erro e novos números serão divulgados.

Por G1 Tocantins

19/06/2019 14h48 · Atualizado há 5 dias



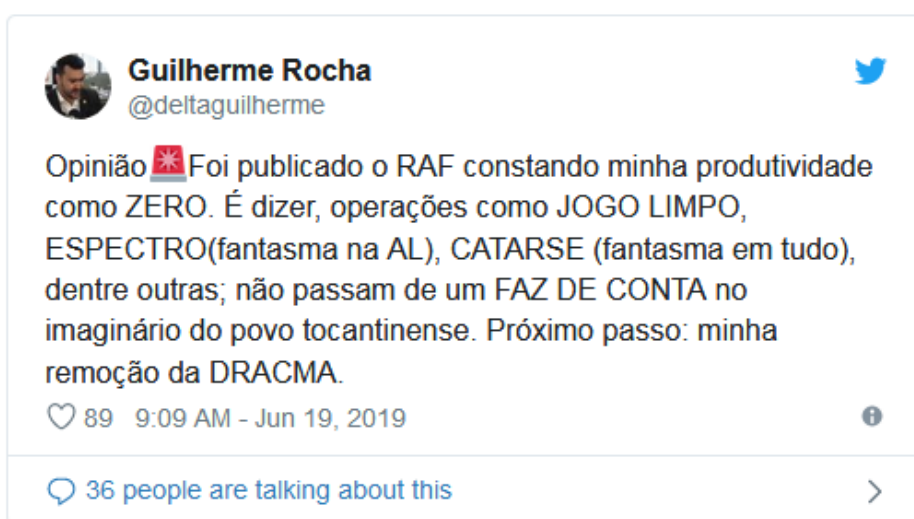
Delegado Guilherme Rocha foi um dos que ficou com nota zero — Foto: Ascom SSP/Divulgação


Foi publicado no Diário Oficial do Estado desta terça-feira (18) o primeiro relatório de produtividade da Polícia Civil do Tocantins, chamado de Relatório de Atividades Funcionais (RAF). Delegados responsáveis por investigações contra políticos e esquemas de corrupção tiraram notas zero em praticamente todos os quesitos.

O documento analisa dados quantitativos em 15 critérios objetivos, entre eles a quantidade de inquéritos abertos e encerrados, prisões e buscas realizadas. Conforme a publicação, o relatório leva em conta a atuação policial no primeiro trimestre de 2019.

A Secretaria de Segurança Pública informou que "foram verificadas inconsistências nos dados" e fará correção dos números. **Veja a nota na íntegra abaixo.**

O delegado Guilherme Rocha, que é responsável pela Repressão a Crimes de Maior Potencial contra a Administração Pública (Dracma) de Palmas, se manifestou sobre a avaliação. Ele ficou com zero em toda a avaliação.



 **Guilherme Rocha**  
@deltaguilherme

Opinião 🚩 Foi publicado o RAF constando minha produtividade como ZERO. É dizer, operações como JOGO LIMPO, ESPECTRO(fantasma na AL), CATARSE (fantasma em tudo), dentre outras; não passam de um FAZ DE CONTA no imaginário do povo tocantinense. Próximo passo: minha remoção da DRACMA.

89 9:09 AM - Jun 19, 2019

36 people are talking about this



Guilherme Rocha, inclusive, concluiu nesta semana a investigação sobre a existência de fantasmas na Assembleia Legislativa. **O inquérito levou ao indiciamento do presidente da AL**, Antônio Andrade (PHS), do filho dele Tony Andrade (PSD), que é vereador de Porto Nacional, além de outras seis pessoas.

O delegado Bruno Boaventura, que no ano passado investigou o escândalo do lixo hospitalar e uma mala encontrada em Araguaína com R\$ 500 mil, ambos ligados a membros da família do deputado Olyntho Neto (PSDB), também aparece com quase todos os requisitos zerados. O delegado, inclusive, **foi exonerado do cargo de chefia após as investigações** ganharem proporção.

A forma que o relatório foi desenvolvido recebeu críticas do Sindicato dos Delegados, pois também atribuiu nota zero até para aqueles profissionais que estão licenciados ou exercem cargos de chefia.

**"Praticamente a totalidade dos números publicados não condiz com a realidade, chegando ao absurdo de se atribuir produtividade zero a inúmeros delegados", diz o sindicato.**

"[...] o relatório publicado não demonstra de forma cristalina o trabalho desempenhado pelos Delegados de Polícia, em vez de transparência estamos diante de um relatório que distorce a realidade", afirma o sindicato em outro trecho da nota.



Polícia Civil cumpriu mandados no Palácio Araguaia durante investigação de funcionários fantasmas — Foto: Ana Paula Rehbein / TV Anhanguera

## Outro lado

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) afirma que o Relatório de Atividades Funcionais "atende às diretrizes de uma gestão pública baseada em evidência e orientada por resultados", para garantir uma melhor prestação de serviços à população.

"Nosso enfoque é a efetividade e o avanço nas políticas e projetos de segurança pública para o Tocantins. E, para isso, é necessário um diagnóstico para o planejamento e execução de ações eficientes. O relatório apresentado hoje é uma parte do leque de dados sobre a estrutura de nossos órgãos e atuação de nossos profissionais [...] Dentro desse contexto, estamos capacitando nosso efetivo e ouvindo suas sugestões e demandas", afirmou o secretário de Segurança Pública, Cristiano Sampaio.

## Correção de números

*A Secretaria de Estado da Segurança Pública informa que foram verificadas inconsistências nos dados constantes do Relatório de Atividades Funcionais (RAF) dos delegados de polícia do Tocantins, publicado no Diário Oficial do Estado - DOE desta terça-feira, 18, em razão de que será publicada nesta data nova Portaria tornando sem efeitos a publicação anterior.*

*A SSP informa ainda que a desconformidade foi evidenciada em Nota Técnica elaborada pela Diretoria de Inteligência e Estratégia da instituição, responsável pelo levantamento dos dados.*

*Por fim, a SSP destaca que foi determinada a verificação dos motivos determinantes para o fato e eventual apuração de responsabilidades.*

*Veja mais notícias da região no **G1 Tocantins**.*



Tocantins

## Sindepol pede que MPE apure “gravíssimas irregularidades” na publicação do RAF; SSP já admite erro

Sindicato considera nota do governo estadual uma “mensagem vergonhosa”

 Por Redação última atualização 20 jun, 2019 às 9:29

O Sindicato dos Delegados da Polícia Civil (Sindepol) decidiu oficiar o Ministério Público do Tocantins (MPE) para apurar o que chamou de “gravíssimas irregularidades” na publicação do Relatório de Atividades Funcionais (RAF) no Diário Oficial de terça-feira, 18. A entidade já havia se manifestado mais cedo contra o documento por entender que o mesmo traz números “absurdamente errados” que “não condiz com a realidade do trabalho desempenhado”.

  
4.9 (98.18%) 11 votos

Antes de qualquer resultado do ofício do Sindepol, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) emitiu nota na tarde desta quarta-feira, 19, para informar que foram verificadas “inconsistências” nos dados constantes do RAF dos delegados. A pasta informou que uma nova Portaria será editada para tornar sem efeitos a anterior. Conforme a SSP, a desconformidade foi evidenciada em nota técnica elaborada pela Diretoria de Inteligência e Estratégia.

### “Mensagem vergonhosa”

O Sindepol reagiu de imediato ao posicionamento da SSP em nova nota. “Como se não bastasse expor vexatoriamente os servidores públicos, colocando informações incorretas no maior documento institucional do Estado, Diário Oficial, emitiram uma mensagem vergonhosa no qual não são capazes de reconhecer o tamanho do erro cometido pelo governo e pedir desculpas formal e publicamente. Além disso, não foram capazes de esclarecer como esse gravíssimo equívoco aconteceu”, disparou.

Nesta nova manifestação, o Sindepol reforça o ofício ao MPE para que sejam apuradas irregularidades na publicação do RAF, o que, segundo defende, pode configurar atos de improbidade administrativa e, até mesmo, infrações penais.



#### **Ofício**

Na provocação ao MPE, o Sindepol reclama que o relatório não leva em consideração se o delegado estava ou não afastado de suas atividades laborais no período aferido, seja por férias ou licença médica; o sindicato aponta também que o RAF não contempla aqueles servidores que estão em cargo de direção, chefia ou à disposição de alguma entidade sindical ou associação.

"Nota-se que vários procedimentos previstos em Lei não foram contemplados nas tabelas divulgadas pela Corregedoria de Polícia, a exemplo de autos de prisão em flagrantes concluídos nos plantões, quebra de sigilo bancário e fiscal, quebra de sigilo bursátil, quebra de sigilo de registros telefônicos, representação por suspensão de exercício de função pública, entre outros", acrescenta o Sindepol.

A entidade continua apontando que os critérios adotados para contabilização da produtividade neste ano são diferentes dos utilizados em 2018. Para o Sindepol, contabilizar dados de produtividade a partir da nova regra, que antes jamais existiu, pode caracterizar, em tese, "um desvio de finalidade". "Ou até mesmo a criação de subterfúgios pouco ortodoxos para a fundamentação de atos futuros, a exemplo da remoção de delegados das atuais unidades em que se encontram lotados", completa.

- [Clique para ler a íntegra do ofício ao MPE.](#)

#### **Abaixo as notas da Secretaria de Segurança Pública e do Sindepol:**

##### **"NOTA À IMPRENSA**

*A secretaria de Estado da Segurança Pública informa que foram verificadas inconsistências nos dados constantes do Relatório de Atividades Funcionais (RAF) dos delegados de polícia do Tocantins, publicado no Diário Oficial do Estado – DOE desta terça-feira, 18, em razão de que será publicada nesta data nova Portaria tornando sem efeitos a publicação anterior.*

*A SSP informa ainda que a desconformidade foi evidenciada em Nota Técnica elaborada pela Diretoria de Inteligência e Estratégia da instituição, responsável pelo levantamento dos dados.*

*Por fim, a SSP destaca que foi determinada a verificação dos motivos determinantes para o fato e eventual apuração de responsabilidades."*

--

##### **"NOTA DO SINDEPOL/TO SOBRE MENSAGEM CIRCULAR DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO TOCANTINS**

*O Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Tocantins – SINDEPOL/TO, preocupa-se com a gravidade das consequências da publicação do Relatório de Atividades Funcionais dos Delegados de Polícia no diário oficial de 18 de junho de 2019 pela Secretaria da Segurança Pública bem como com a mensagem circular emitida pela mesma secretaria nesta quarta-feira, 19.*

*Como se não bastasse expor vexatoriamente os servidores públicos, colocando informações incorretas no maior documento institucional do estado, Diário Oficial, emitiram uma mensagem vergonhosa nesta quarta-feira (segue no anexo). No qual não são capazes de reconhecer o tamanho do erro cometido pelo governo e pedir desculpas formal e publicamente às Delegadas e Delegados. Além disso, não foram capazes de esclarecer como esse gravíssimo equívoco aconteceu.*

*Pois bem, informamos que além das providências na esfera civil que serão adotadas por este Sindicato, solicitamos na manhã desta quarta-feira, 18 ao Ministério Público do Estado do Tocantins, através da Promotoria do Patrimônio e Probidade Administrativa, bem como do órgão responsável pelo Controle Externo da Atividade Policial, que apurem as gravíssimas irregularidades contidas na publicação desse documento oficial, que podem configurar, em tese, atos de improbidade administrativa e, até mesmo, infrações penais.*

*Importante frisar que recentemente os Policiais Civis do Tocantins foram proibidos de publicar nomes e rostos criminosos presos em flagrante para, segundo a Secretaria da Segurança, salvaguardar o direito à intimidade e integridade dessas pessoas. Na contramão do que é cobrado de seus servidores o mesmo órgão expôs de maneira irresponsável e vexatória integrantes de uma carreira que lutam todos os dias pela sociedade tocaninense.*

**MOZART MANUEL MACEDO FELIX**  
Presidente do SINDEPOL-TO"

G1 TOCANTINS

# Corregedor-geral da Polícia Civil deixa cargo após polêmica envolvendo nota zero para delegados

Pedido foi protocolado na manhã desta sexta-feira (21). Corregedor afirmou que pediu para sair por 'razões pessoais'.

Por G1 Tocantins

21/06/2019 13h32 · Atualizado há 6 dias



O corregedor-geral da Polícia Civil, Fábio Augusto Simon, entregou o cargo na manhã desta sexta-feira (21). A renúncia ocorre dias após a corregedoria divulgar o primeiro Relatório de Atividades Funcionais (RAF) atribuindo nota zero para delegados **responsáveis por investigar políticos e esquemas de corrupção no estado.**

O método de avaliação foi alvo de críticas e causou intensa repercussão. Um dia depois, o Governo do Tocantins publicou uma portaria suspendendo do relatório, reconhecendo que havia **inconsistência nos dados e que eles precisariam ser corrigidos**.

O delegado estava à frente da corregedoria desde janeiro de 2015, quando foi nomeado pelo então governador Marcelo Miranda (MDB). Ele afirmou ao **G1** que resolveu deixar o cargo por "razões pessoais".

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) foi procurada para comentar o caso e ainda deve se manifestar.

## O relatório

O primeiro relatório de produtividade da Polícia Civil do Tocantins, chamado de Relatório de Atividades Funcionais (RAF), foi publicado no Diário Oficial do Estado desta terça-feira (18). **Delegados responsáveis por investigações contra políticos** e esquemas de corrupção tiraram notas zero em praticamente todos os quesitos.

O documento analisou dados quantitativos em 15 critérios objetivos, entre eles a quantidade de inquéritos abertos e encerrados, prisões e buscas realizadas. Conforme a publicação, o relatório leva em conta a atuação policial no primeiro trimestre de 2019.

O delegado Guilherme Rocha, que é responsável pela Repressão a Crimes de Maior Potencial contra a Administração Pública (Dracma) de Palmas, se manifestou sobre a avaliação. Ele ficou com zero em toda a avaliação.



## **CONFIRMADO FIM DA DRACMA: delegacia que combate corrupção some da SSP em minuta de regimento**

Minuta seguiu hoje para a Casa Civil onde passará por revisões finais, um dia após a deflagração da Operação que investiga fraude na reforma da Residência do Governador

05/07/2019 - 19:42

A [Operação Via Avaritia](#) (estrada da ganância, em latim), deflagrada na quinta-feira, 4, contra a suspeita de corrupção, por fraude, em um contrato de R\$ 29,2 milhões no governo estadual pode ser a última deflagrada pela Delegacia de Repressões a Crimes de Maior Potencial Contra a Administração Pública (Dracma).

A minuta do decreto que o governador Mauro Carlesse (DEM) e o Secretário da Segurança Pública Cristiano Barbosa Sampaio têm pronta para publicação confirma o que tem sido afirmado há meses: a extinção da delegacia que mais tem combatido a corrupção no Tocantins.

A coluna publica no final da nota a minuta para o leitor conferir com os próprios olhos. Nela, a partir da página 37 está a relação das delegacias especializadas e sem a Dracma.

### **Sem lotação por atacado**

O regimento prevê, em seu artigo 129, que assim que for publicado todos os atuais delegados perderão sua lotação atual. Na capital, todos os servidores das Centrais, delegacias circunscricionais e especializadas ficarão à disposição da Diretoria de Polícia da Capital. No interior também, mas à disposição da Delegacia Regional.

Só depois, ato do secretário “procederá à realocação” e essa proposta de realocação será “será previamente analisada pela Delegado-Geral”.



Jornal do **Tocantins**

**DELEGACIAS DA CAPITAL**

**a) DIRETORIA DE POLÍCIA DA CAPITAL**

1ª Central de Atendimento da Polícia Civil / 1ª CAPC  
2ª Central de Atendimento da Polícia Civil / 2ª CAPC  
1ª DP - Palmas  
2ª DP - Palmas  
3ª DP - Palmas  
4ª DP - Palmas  
5ª DP - Palmas  
6ª DP - Palmas  
Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DOT)  
Delegacia Especializada de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos Automotores (DRFRVA)  
1ª Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (1ª DEAM)  
2ª Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (2ª DEAM)  
Central de Atendimento da Mulher - 24 horas  
Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente (DECA)  
Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA)  
Delegacia Especializada de Atendimento a Vulneráveis (1ª DAV)  
Delegacia Especializada de Polícia Interestadual, Capturas e Desaparecidos (POLINTER)  
Delegacia Especializada de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente e Conflitos Agrários (DEMAAG)  
1ª Delegacia Especializada de Repressão às Infrações de Menor Potencial Oflensivo (DEIMPO)  
2ª Delegacia Especializada de Repressão às Infrações de Menor Potencial Oflensivo (DEIMPO)  
Delegacia Especializada de Repressão a Crimes contra Concessionárias de Serviço Público (DRCSF)  
Delegacia Especializada de Repressão a Crimes de Trânsito (DRCT)

**b) DIRETORIA DE REPRESSÃO À CORRUPÇÃO E AO CRIME ORGANIZADO (DRACCO):**

Divisão Especializada de Repressão à Corrupção (DRCC)  
Divisão Especializada de Repressão a Crimes Cibernéticos (DRCC)  
1ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos (DENARC-Palmas)  
2ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos (DENARC-Araguaína)  
1ª Divisão Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP-Palmas)  
2ª Divisão Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa (2ª DHPP-Araguaína)  
3ª Divisão Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa (3ª DHPP-Gurupi)  
1ª Divisão Especializada de Repressão ao Crime Organizado (1ª DEIC-Palmas)  
2ª Divisão Especializada de Repressão ao Crime Organizado (2ª DEIC-Araguaína)  
3ª Divisão Especializada de Repressão ao Crime Organizado (3ª DEIC-Gurupi)  
4ª Divisão Especializada de Repressão ao Crime Organizado (4ª DEIC - Colinas)  
5ª Divisão Especializada de Repressão ao Crime Organizado (5ª DEIC- Guaraí)  
6ª Divisão Especializada de Repressão ao Crime Organizado (6ª DEIC- Paraíso)  
7ª Divisão Especializada de Repressão ao Crime Organizado (7ª DEIC- Porto Nacional)  
8ª Divisão Especializada de Repressão ao Crime Organizado (8ª DEIC- Gurupi)  
9ª Divisão Especializada de Repressão ao Crime Organizado (9ª DEIC- Dianópolis)

## Menos deltas

E tem mais. A “Divisão Especializada de Repressão à Corrupção (DRCC)” que ficará na capital tem nível de referência “V”. Pelo regimento divisão nessa classificação só tem direito a 2 delegados de polícia, 3 escrivães e 6 agentes. Para comparar, a Dracma, atualmente possui 4 delegados. Ou seja, corta em 50% a quantidade de delegados.

Essa redução no quantitativo de delegados nas divisões é a senha para remover os deltas da própria Dracma e da Deic Norte de Araguaína.

## Superpoderes ao DG

Pelo regimento a partir do artigo 115 estão os superpoderes do DG (Delegado-geral) – atualmente Rossílio Correia – entre eles o de, privativamente (inciso III), decidir de ofício ou mediante provocação, pela redistribuição de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei "por motivo de interesse público".

Em outro inciso (V) cabe a ele remover delegados para delegacias de ofício na mesma cidade e e até cidades diferentes, mediante requerimento, sem que haja qualquer exigência de decisão fundamentada no interesse público. Ou seja, depende só dá vontade dele e, claro do político que assim pedir.

Em outro inciso (VI) do mesmo artigo 115 o DG propor ao secretário da Segurança Pública a remoção, de ofício, "de delegado de polícia, agente de polícia e escrivão de polícia, de uma unidade administrativa para outra fora do âmbito do Município de Palmas ou da mesma Delegacia Regional de Polícia Civil".

## Rei da mídia

O regimento também atribui privativamente ao DG (a partir do inciso X) o superpoder de decidir a "estratégia de divulgação e de repercussão dos fatos de interesse público envolvidos na investigação" com a Diretoria de Comunicação. Inclusive, é ele quem decide se haverá entrevista.

## Senhor da busca

O "decreto da mordaza" é citado pelo regimento, no famigerado artigo 75 (aquele que diz que tem que pedir autorização ao Delegado-Geral para cumprir mandado judicial) no nesse mesmo artigo (115) dos superpoderes. Está no inciso XIV: o DG decide se a busca e a apreensão em repartições públicas "poderão ser realizadas de forma ostensiva".

Confira no arquivo abaixo.





## Spoiler do desmonte: deltas que investigam políticos removidos e um exonerado

Delegados da Dracma e DEIC estão fora dos postos e Mozart Félix, presidente do Sindepol, pode ficar fora da carreira após titular da SSP pedir anulação de ato que readmitiu delegado em 2012

09/07/2019 - 13:16

Esta terça-feira, 9 de julho, deve ficar marcada pela publicação no Diário Oficial do Estado no novo regimento da Polícia Civil, já antecipado pela coluna que extingue delegacias especializadas em combate à corrupção (DRACMA), em Palmas, e roubos (DRR), em Araguaína, mas a roda de apostas de spoilers também inclui a remoção dos delegados e até a exoneração do presidente do Sindicato dos Delegados (Sindepol), Mozart Félix.

### Contra os investigadores

E o que trazem os bastidores, sobre os atos de remoção dos delegados que estão incomodando as autoridades políticas com investigações como Expurgo, Catarse e Via Avaritia?

O delegado da Dracma Guilherme Rocha deve ser mandado para a Central da Polícia Civil. Gregory Almeida Alves do Monte irá para a 3ª Delegacia de Polícia.

José Anchieta de Menezes Filho e Thiago Bustorff não serão mais titulares das DEICs de Araguaína e Araguatins, respectivamente.

Cassiano Ribeiro Oyama, da 1ª DPC será removido para Delegacia de Atendimento a Vulneráveis (DAV).

### A exoneração de Mozart

A situação do presidente do Sindepol, Mozart Manuel Macedo Felix, passou a ser desenhada após suas manifestações de apoio aos delegados e contra o desmonte, agravada após sua aparição em rede nacional de televisão com críticas à gestão.

Em retaliação, a cúpula da SSP ressuscitou um processo (nº 20111.2300.018768) com a brecha que precisavam para defenestrar o adversário sindical: o processo que aprovou a readmissão de Mozart, em 2012.

## Ameaças no Sudeste

A história é assim: Mozart tomou posse como delegado titular de Natividade em 2010. Uma das investigações que alcançaram um desembargador do Tribunal de Justiça (TJTO) - que mais tarde aposentado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em outro famoso caso.

Após a investigação, Mozart sofreu pressões e ameaças de morte e, "moralmente coagido", pediu exoneração em 2011 para "obter paz de espírito e garantia de manutenção da sua integridade física".

No ano seguinte, com base em súmula (473) do Supremo Tribunal Federal (STF) pediu a readmissão. Essa súmula fixa que a administração pode anular seus próprios atos, se tiverem vícios que os tornem ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

## Readmissão questionada

Readmitido em 2012 pela portaria 50, de 25 de janeiro, Mozart entrou em exercício do cargo. Mas em 2015, a Secretaria da Administração decidiu questionar a validade jurídica do retorno dele ao posto, inclusive com parecer favorável da Procuradoria Geral do Estado.

A partir daí, a Corregedoria criou comissão especial para analisar o caso, formada pelo então corregedor, Fábio Simon e dois corregedores adjuntos, Carlos Miguel Manso e Eliane de Jesus Teles.

Eles concluíram, em outubro de 2015, que não houve um pedido de exoneração livre de quaisquer motivos, mas todas as circunstâncias envolvendo um desembargador geraram no delegado "tamanha sensação de medo e insegurança ao ponto de buscar licenças médicas, remoção da localidade de trabalho e por fim a exoneração de seu cargo de delegado de Polícia Civil". O caso voltou para a Procuradoria Geral do Estado que requereu, ainda em 2015, manifestação conclusiva sobre a coação moral.

## Canetada decisiva de Sampaio

Após assumir o cargo de titular da SSP no Tocantins, Cristiano Sampaio tratou de desenterrar o processo concluso em dezembro de 2015.

Em 8 páginas, Sampaio conclui que a vontade de Mozart ao pedir exoneração é que estava viciada, não a vontade da administração. Não obstante, ele analisa se houve ou não coação moral ao delegado.

Mesmo diante do depoimento no processo original de um então segurança do desembargador ameaçando a vida do delegado, e do então juiz local, sobre as ameaças e temores sobre o delegado, Sampaio conclui que "se ameaça houve, não foi uma ameaça direta, mas velada". Segundo o parecer, a ameaça precisaria ser "certa, iminente, grave, inevitável, insuperável e inelutável".



Assim, Sampaio, conclui que não houve coação moral irresistível sobre o delegado. Sem esforço, devolveu o processo em 11 de março deste ano, com a sugestão a Edson Cabral, o titular da administração, para anulação da portaria que reconduziu Mozart ao cargo, em 2012, revigorando a que o exonerou.

Se se concretizar essas remoções e essa exoneração, em especial, será mais um capítulo do desmonte da Polícia Civil tocantinense.



Tocantins

## Governo diz que PGE considerou readmissão de Mozart ilegal e que garantiu direito a ampla defesa

Por Redação — última atualização 11 jul, 2019 às 9:49

Compartilhe    

Por meio de nota, a Secretaria da Segurança Pública (SSP) comentou sobre o [processo administrativo que trata da possível exoneração do presidente](#) do Sindicato dos Delegados do Tocantins (Sindepol), Mozart Félix. Segundo a pasta, o servidor foi demitido a pedido em 2011, mas foi readmitido um ano depois após ter pedido reconsideração do Poder Público. Entretanto, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e assessoria jurídica da Administração (Secad) se manifestaram pela ilegalidade do procedimento em 2015 e 2013, respectivamente.



### Inerte

A SSP afirma que deu regular cumprimento aos procedimentos por reconhecer "seu dever de ofício e consequência do princípio da legalidade", isto depois do caso permanecer "inerte por mais de três anos". A pasta ainda destaca que Mozart Félix foi notificado no início de maio "em conformidade com os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa".

- [Leia a íntegra da manifestação da SSP.](#)

## Delegados do Tocantins levam ao ministro Moro situação da segurança pública no Estado

Bruno Boaventura, adjunto da DEIC de Araguaína, Mozart Félix, da federação de delegados, e o deputado Vicentinho Júnior no gabinete de Moro

21/08/2019 - 19:40



Delegados e deputado federal do Tocantins após audiência com ministro Moro, nesta quarta-feira, 21 (Foto: Assessoria MJSP)

Delegados de Polícia Civil do Tocantins participaram de uma audiência com o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, nesta quarta-feira, 21, às 15h30.

Eles foram recebidos após agenda marcada pelo deputado federal Vicentinho Júnior (PL), que participou da audiência ao lado do presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Civil (Fendepol), Mozart Félix, e do delegado adjunto da DEIC-Norte de Araguaína Bruno Boaventura Mota.

Durante o encontro, os tocantinenses mostraram ao ministro a situação da Segurança Pública no Tocantins. Vicentinho Júnior pouco falou. Os delegados entregaram um dossiê ao ministro e Moro disse que será analisado pela equipe de seu gabinete.

## **Audiência em setembro**

Vicentinho Júnior é autor, ao lado da deputada Dulce Miranda (MDB) do ofício que levou a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados a aprovar no dia 13 de agosto o requerimento do deputado Capitão Augusto (PL-SP) que convoca audiência pública sobre fim da Delegacia de Repressão a Crimes de Maior Potencial contra a Administração Pública (DRACMA) no Tocantins. A audiência deverá ocorrer em setembro.

## **Convidados**

Serão convidados para a audiência o governador Mauro Carlesse, o secretário da Segurança Pública Cristiano Sampaio, o delegado geral da Polícia Civil Rossílio Correia e delegados que estavam lotados na delegacia extinta Guilherme Rocha Martins, titular, e os adjuntos Luciano Barbosa de Souza Cruz e Bruno Souza Azevedo.



 ANTENA LIGADA

## Procuradoria do Estado contradiz secretário Cristiano e opina contra exoneração de Mozart Félix

No início de sua gestão, Cristiano Sampaio desenterrou processo e pediu anulação de readmissão do delegado que havia deixado serviço público após ameaças no início da carreira; caso agora será decidido pela Administração

28/08/2019 - 17:01



(Foto: Elias Oliveira)

Em um parecer de 19 laudas a subprocuradora administrativa da Procuradoria Geral do Estado (PGE) Maria Fernanda Galvão Panno desmonta barbaramente a tese do secretário de Segurança Pública, Cristiano Sampaio, para exonerar o delegado da Polícia Civil Mozart Félix.

### Mozart ameaçado e exonerado

Como a coluna mostrou, Mozart assumiu como delegado titular de Natividade em 2010 quando uma investigação alcançou um desembargador do Tribunal de Justiça (TJTO) - que mais tarde aposentado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - e o delegado passou a ser "moralmente coagido", sofreu pressões e ameaças de morte e pediu exoneração em 2011 para "obter paz de espírito e garantia de manutenção da sua integridade física".

## Delegado é readmitido

No ano seguinte, com base em súmula (473) do Supremo Tribunal Federal (STF) pediu a readmissão. A súmula fixa que a administração pode anular seus próprios atos se tiverem vícios que os tornem ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Ao assumir o cargo de titular da SSP no Tocantins, Cristiano Sampaio tratou de desenterrar o processo de readmissão de Mozart, concluso desde dezembro de 2015 e num texto de 8 páginas, concluiu que a vontade de Mozart ao pedir exoneração é que estava viciada, não a vontade da administração.

## A tese de Cristiano

Sampaio também concluiu que “se ameaça houve, não foi uma ameaça direta, mas velada”. Segundo o parecer, a ameaça precisaria ser “certa, iminente, grave, inevitável, insuperável e inelutável” e afirma que houve coação moral irresistível sobre o delegado.

Devolveu o caso em 11 de março deste ano, com a sugestão ao secretário Edson Cabral (Administração) para anulação da portaria que reconduziu Mozart ao cargo, em 2012, revigorando a que o exonerou.

## A desconstrução de Maria Fernanda

Ao refutar a tese do secretário, a procuradora Maria Fernanda ressalta que os argumentos utilizados para qualquer decisão administrativa devem estar baseados nos fatos apurados e fundados na lei correta. E não foi isso que o secretário fez.

Segundo ela, as considerações do secretário de não aplicar a súmula do STF alegada por Mozar e a impossibilidade de revogar o ato administrativo “não tem sustentação” e não deve prosperar.

Maria Fernanda chama de “equivocada” a interpretação de Sampaio porque está baseada na legislação penal, enquanto a exoneração/readmissão é coisa cível, administrativa. E se não há no processo “qualquer notícia de ocorrência de infração penal, ou qualquer ato que possa ser classificado como ilícito”, não é adequada a decisão que se baseia na.... legislação penal!

## Vontade viciada do servidor sob coação, vale

A subprocuradora só concorda com o secretário em um ponto: de que a vontade de sair e de voltar é do delegado e não do Estado. Ainda assim, Maria Fernanda opina a favor de Mozart Felix. “Na coação moral, o sujeito realiza o ato forçado pelo medo de que a ameaça feita

venha a se concretizar. Nessa situação, haverá vontade do agente que realiza o ato, mas essa vontade não é livre, e sim influenciada pelo medo que lhe inculca o coator, justificando-se a anulação do negócio jurídico”, afirma.

### **Risco de morte dele e da mãe**

Após analisar a defesa de Mozart Félix e as provas do processo administrativo, Maria Fernanda refuta o secretário ao dizer que estão presentes todos os requisitos para certificar que, de fato, existiu coação sobre a livre manifestação de vontade do delegado.

A procuradora cita diversos depoimentos dos servidores públicos envolvidos com as investigações em Natividade, que também foram ameaçados, atestando que o delegado “viu-se correndo sério risco de dano iminente e considerável à sua pessoa e à sua mãe”.

### **Pela convalidação do retorno de Mozart**

Diante das provas que demonstraram que houve coação moral como causa do pedido de exoneração, Maria Fernanda defende que o governo deve convalidar a revogação do ato de exoneração do delegado.

Agora a decisão está com a Administração Estadual que deve avaliar se estão “presentes a conveniência e oportunidade para a edição de tal ato saneador, tendo sempre em vista o interesse público”, escreve.